



Centro Universitário de Brasília – CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

As Desigualdades nas Relações de Gênero e o Sofrimento Psíquico

Ana Beatriz Rocha de Carvalho

Brasília – DF

Dezembro de 2022



Centro Universitário de Brasília – CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

As Desigualdades nas Relações de Gênero e o Sofrimento Psíquico

Ana Beatriz Rocha de Carvalho

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – CEUB como requisito parcial à conclusão do Curso de Psicologia.

Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira.

Brasília – DF

Dezembro de 2022



Centro Universitário de Brasília – CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Folha de avaliação

Autora: Ana Beatriz Rocha de Carvalho

Título: As Desigualdades nas Relações de Gênero e o Sofrimento Psíquico

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Ana Flávia do Amaral Madureira – CEUB

Orientadora

Mª. Vannini de Medeiros Mendes Ribeiro (doutoranda – UnB)

Examinadora

Profª. Drª. Tânia Inessa Martins de Resende – CEUB

Examinadora

Brasília – DF
Dezembro de 2022

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Lindaura e Jorge Carlos, por me proporcionarem todas as oportunidades que já tive, por me apoiarem, acreditarem no meu potencial, me incentivarem e me amarem, cada um a sua maneira.

Agradeço também aos meus irmãos, Débora e Jorge Augusto, por sempre compartilharem comigo momentos incríveis e cheios de risada, além de oferecerem apoio e escuta em cada momento difícil.

Agradeço ao Noah e ao Asher, meus sobrinhos-afilhados, por serem minha maior inspiração para continuar investindo no meu crescimento pessoal e serem para mim a maior representação de amor incondicional que já conheci.

Agradeço também a todos os meus amigos e amigas que fazem parte da minha rede de apoio. Eu não seria quem sou sem o amor, carinho, afeto, suporte, incentivo e apoio que eles/as me demonstram diariamente. Especialmente, gostaria de agradecer à Fernanda Guerra, Gabriela Vaz, Milena Borges e Rodrigo Prata.

Agradeço à Kalyne Carvalho, que embarca em todas as minhas ideias, me incentiva, acredita em mim para o que quer que seja e me ensina todos os dias que o amor não tem limites. O seu amor e parceria são fundamentais para que eu tenha conseguido chegar até aqui.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Ana Flávia do Amaral Madureira, por me acompanhar há anos, por demonstrar sempre muita empatia, por acreditar em mim e me incentivar a melhorar sempre. Carregarei os seus ensinamentos comigo para toda a vida.

“Meu corpo é às vezes meu, uma vez que ele porta os traços de uma história que me é própria, de uma sensibilidade que é minha, mas ele contém também, uma dimensão que me escapa radicalmente e que o reenvia aos simbolismos de minha sociedade.”

Antonin Artaud

Sumário

Resumo	vii
Introdução	1
Objetivo geral.....	7
Objetivos específicos.....	7
1. Identidades de Gênero e Sexismo	8
2. Preconceitos e Sofrimento Psíquico: Sexismo, Homofobia e Transfobia	16
3. A Psicologia Clínica e o Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres	22
4. Metodologia	27
4.1 Participantes.....	29
4.2 Materiais e instrumentos.....	29
4.3 Procedimentos de construção de informações.....	30
4.4 Procedimentos de análise.....	31
5. Resultados e Discussão	33
5.1 Os estereótipos de gênero e as violências contra as mulheres em discussão.....	33
5.2 Sofrimento psíquico e desigualdades de gênero: sexismo e subjetividade.....	38
5.3 A promoção da equidade nas relações de gênero e o empoderamento feminino: contribuições da Psicologia Clínica.....	41
Considerações Finais	47
Referências Bibliográficas	49
Anexos	57
Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	58
Anexo B: Roteiro da entrevista semiestruturada.....	60
Anexo C: Parecer Consubstanciado do CEP.....	62

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como a psicologia clínica pode contribuir com a promoção da equidade nas relações de gênero e com o empoderamento feminino a partir de uma perspectiva preventiva, como estratégia interventiva. Cabe esclarecer que a prevenção da violência contra as mulheres foi considerada como uma estratégia de intervenção clínica. Foi utilizada uma metodologia qualitativa de investigação. De forma mais específica, foram realizadas sete entrevistas individuais semiestruturadas virtuais, com psicólogos/as clínicos/as com pelos menos três anos de experiência na área. A análise e interpretação das informações foi realizada por meio da análise de conteúdo em sua vertente temática. Após a transcrição das entrevistas, foram elaboradas três categorias analíticas temáticas. Os resultados indicaram que a violência contra as mulheres está intrinsecamente ligada aos estereótipos de gênero e que o sofrimento psíquico se apresenta de maneira gendrada. Além disso, os resultados também indicaram que a Psicologia Clínica pode atuar na promoção da equidade nas relações de gênero por meio da prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres, além da promoção da desconstrução de estereótipos de gênero que fomentam práticas opressivas e promovem a manutenção de desigualdades.

Palavras-chave: Psicologia Clínica; Gênero; Violência Contra As Mulheres; Sofrimento Psíquico.

Introdução

Em meio ao isolamento social, o Brasil contabilizou 1.350 casos de feminicídio em 2020 – um a cada 6 horas e meia, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O número é 0,7% maior comparado ao total de 2019. Três em cada quatro vítimas de feminicídio tinham entre 19 e 44 anos. A maioria (61,8%) era negra. Em geral, o agressor é uma pessoa conhecida: 81,5% dos assassinos eram companheiros ou ex-companheiros, enquanto 8,3% das mulheres foram mortas por outros parentes (Resk, 2021).

Além disso, o Brasil somou 60.460 boletins de ocorrência de estupro em 2020, uma queda de 14,1% comparado a 2019. Ainda assim, isso representa um caso a cada oito minutos. A maioria das vítimas é do sexo feminino (86,9%) e tem, no máximo, 13 anos (60,6%). Do total de crimes sexuais, 73,7% dos casos foram contra vítimas vulneráveis, ou seja, menores de 14 anos ou pessoas incapazes de consentir ou de oferecer resistência. Entre os agressores, 85,2% eram conhecidos da vítima (Resk, 2021).

Em 2014, Alex (de 8 anos) foi morto pelo próprio pai por gostar de lavar a louça e de dança do ventre. A criança tomava surras constantes do pai que o mandava “andar que nem homem”. O irmão mais velho do garoto já havia sido rejeitado pelo pai por não ser “ másculo o suficiente” e após um dos “corretivos” recebidos, o fígado de Alex se rompeu, ocasionando sua morte (Alves, 2014).

De acordo com os indicadores sociais das mulheres no Brasil (Estatísticas de Gênero), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, em média, as mulheres trabalham três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Entretanto, as mulheres ganham, em média, apenas 76,5% do rendimento dos homens, mesmo possuindo um nível educacional mais alto (Peret, 2019). Além disso, Araujo (2020, p. 5) aponta que:

Um dossiê, produzido por Benevides e Nogueira (2019), analisou que, durante as eleições de 2018, houve aumento de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e intersexos (LGBTTI). Essas mesmas autoras, através do Boletim 4, postado no site da Antra (Associação Nacional de Travestis e Trans), analisaram que, no ano de 2020, entre janeiro e agosto, 129 pessoas trans foram mortas no país, o que configura uma quantidade maior do que o que ocorreu durante todo o ano de 2019. Segundo Bento (2017), essas violências ocorrem, principalmente, contra a população trans para que as “normas” de gênero sejam reestabelecidas. As práticas de violência têm sido reforçadas pelos discursos de ódio à população LGBTTI reproduzidos pelo atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e seus coligados e desde as eleições de 2018, também não foram implementadas ações governamentais significativas para a proteção dessa população vulnerável, como descrito no Boletim 4 de 2020 produzido por Benevides e Nogueira (Araujo, 2020).

De acordo com Obando (2021), notícias nesse sentido não podem ser consideradas pertencentes a um novo “modismo jornalístico” ou a um problema exclusivo da atualidade e tais acontecimentos não podem ser vistos como exceções ou praticados apenas por “bárbaros” ou “psicopatas”, como várias pessoas acreditam. Além disso, não existe um gene que torna as pessoas “más”, ou seja, a barbárie não é uma característica de natureza biológica, não se nasce “bárbaro” (Todorov, 2010, citado por Obando, 2021).

Dessa forma, diante de indicadores tão significativos e preocupantes, proponho o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as desigualdades presentes nas relações de gênero contribuem para o sofrimento psíquico de indivíduos? Como a psicologia clínica pode prevenir esse sofrimento e promover maior equidade nas relações de gênero?

Cabe mencionar que realizei pesquisas nas disciplinas de Estágio Básico II, Produção de Artigo e Fórum de Debates III abordando a temática “Gênero, sexualidade e diversidade na escola: o “olhar” de profissionais da educação”, temática vinculada ao projeto de pesquisa “guarda-chuva” da professora orientadora, Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira, intitulado: “Identidades Sociais, Diversidade e Preconceito”. É nesse sentido que desenvolvi, inicialmente, meu interesse na temática de gênero, sexualidade e diversidade e sigo,

atualmente, buscando ampliar meus conhecimentos por meio de uma pesquisa mais aprofundada.

Dessa forma, procuro no presente trabalho analisar as desigualdades nas relações de gênero e seus impactos psíquicos com a realização de uma pesquisa que engloba a percepção de psicólogos/as clínicos/as sobre as relações de gênero, seus impactos psíquicos e como a psicologia clínica pode contribuir com a promoção da equidade nas relações de gênero e com a prevenção da violência contra as mulheres.

Após considerarmos os indicadores preocupantes apresentados inicialmente, é incontestável que o Brasil possui raízes históricas sexistas e um longo histórico de violência de gênero e se faz necessário ter em mente a tradição patriarcal (Obando, 2021). Tal tradição também pode ser nomeada como sexismo institucionalizado, em que liderança, autoridade e privilégios são expressões da posição de poder ocupada, historicamente, por homens (Obando, 2021). Sendo assim, o sexismo institucionalizado é um sistema de privilégios que se caracteriza pela realização de funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades, tradicionalmente, por homens (Hooks, 2018; Tiburi, 2018, citadas por Obando, 2021).

Nesse sentido, Almeida (2014) afirma que diferentes gerações, matizes de pensamento e tendências políticas do movimento feminista e do movimento de mulheres, apesar de divergirem em diversos pontos, concordam ao reconhecer uma concentração expressiva, durante um longo período da história da humanidade e até hoje, de violência em relação aos corpos femininos que se expressa rotineiramente em cenas de assimetria entre o masculino e o feminino e na valorização daquilo que é culturalmente associado ao masculino.

Além disso, as experiências de sofrimento psíquico devem ser analisadas considerando os aspectos sociais e culturais do contexto em que o indivíduo está inserido, que apresenta valores e normas vigentes em determinado período histórico e político da

sociedade. Ou seja, a manifestação de sintomas de sofrimento emocional por um indivíduo não é oriunda apenas de sua vivência individual, mas é perpassada pelas relações de poder que ocorrem em determinados espaços, o que acarreta diferenças nas manifestações de sofrimento psíquico entre homens e mulheres (Santos, 2009).

Ainda sobre as diferenças em termos de sofrimento emocional, Alves (2022) destaca a importância de entendermos cada vivência subjetiva e o sofrimento que pode a acompanhar como diferentes. Entretanto, ressalta que as diferenças que existem no tratamento para com homens e mulheres se expressam em uma maior ou menor situação de vulnerabilidade social, visto que são inseridos em uma sociedade e em um contexto cultural específicos (Alves, 2022).

Sendo assim, existem diferenças tanto em frequência quanto em incidência dos transtornos mentais, sendo as mulheres, frequentemente, mais diagnosticadas com depressão e transtornos de ansiedade e os homens apresentam, com mais frequência, comportamentos antissociais e abuso de álcool (Zanello, 2014, citada por Boeff & Souza, 2020).

Isso é relevante na medida em que contribui com a reflexão sobre como os estereótipos e expectativas de gênero influenciam, de maneira diferenciada, no sofrimento psíquico de homens e mulheres. Não parece aleatório que uma frase muito popular no nosso país seja: “homens não choram” e, quando em sofrimento, homens apresentarem, com mais frequência, comportamentos antissociais.

Ademais, Zanello (2018) afirma que há uma mensagem claramente transmitida no cotidiano às mulheres de que o silêncio é o preço a se pagar para manter uma relação heterossexual, mensagem essa que é cotidianamente reforçada ao “rotular” mulheres que se expressam como chatas, “reclamonas” ou com outros termos pejorativos equivalentes, como de praxe. Esse valor do silêncio que lhes é ensinado está fortemente relacionado ao adoecimento psíquico de muitas mulheres, de classes sociais e pertencimentos étnico-raciais

diferentes (Zanello, 2018). Além disso, no relatório *Gender and Women's Mental Health*, elaborado pela Organização Mundial da Saúde em 2018, destaca-se a relação entre a predominância de diagnósticos de depressão e ansiedade em mulheres em situação de violência de gênero, com desvantagem socioeconômica (OMS, 2018).

A maneira como as mulheres são percebidas na sociedade brasileira atual é fortemente influenciada pelos estereótipos de gênero, já que esses influenciam o exercício de papéis de gênero, além de impactar os sentimentos e as subjetividades dos indivíduos (Verlaet, 2021). Nesse sentido, cabe mencionar também que os estereótipos de gênero também influenciam fortemente a maneira como os homens são socialmente percebidos, o que retroalimenta o sexismo no cotidiano.

Ademais, é de fundamental importância reconhecermos que dentre todas as mulheres no Brasil, existem aquelas que estão em situação de maior risco de vulnerabilidade, como é o caso de mulheres negras e mulheres trans, devido à alta rejeição social que sofrem por causa do racismo e da transfobia (Franco & Cicillini, 2015).

Nesse sentido, cabe destacar que o Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece que “Art. 2º - Ao psicólogo é vedado: a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão” (CFP, 2005, p. 9). É nesse sentido em que se fazem necessárias produções acadêmicas que busquem contribuir com a construção de conhecimentos científicos e estratégias de intervenção na direção da promoção de uma maior equidade nas relações de gênero. Nesse contexto, a pesquisa científica, ao contribuir com a produção de conhecimentos científicos, pode colaborar com o delineamento de intervenções mais adequadas e efetivas em relação ao seu objeto de estudo, como por exemplo a temática desenvolvida na presente monografia.

Além disso, cabe ressaltar que novas compreensões e reflexões sobre o que é ser mulher podem surgir no ambiente psicoterapêutico, a partir do incentivo a falarem de si mesmas e suas histórias, colaborando com a construção de novas formas de vivenciar o feminino e desconstruindo preconceitos (Luczinski, Vianna, Garcia & Nunes, 2019). Especificamente na prática clínica, o processo em que a ação acontece no encontro da cliente com a história de vida em que ela está inserida é entendido como possibilidade de empoderamento e permite que a paciente elabore novas possibilidades de escolhas, de decisão, de caminho a ser seguido, estabelecer limites nas relações e construir o próprio futuro de modo mais autônomo (Luczinski, Vianna, Garcia & Nunes, 2019).

Em consonância, Alves (2022) afirma que o espaço terapêutico da clínica pode atuar como uma possibilidade de desconstrução de estereótipos e expectativas de gênero, além da culpa, muitas vezes, presente quando o/a cliente desvia de tais expectativas e de contribuir com o fortalecimento da subjetividade de pessoas que estejam, por exemplo, em conflito com suas identidades sexuais não-hegemônicas.

Ademais, Verlaet (2021) resalta a importância do papel da/o psicóloga/o no enfrentamento da violência contra as mulheres no sentido de que podem oferecer uma escuta qualificada no atendimento de mulheres em situações de violência a partir de uma perspectiva humanizada quanto à realidade que vivenciam. Tal realidade violenta reproduz, frequentemente, estereótipos de gênero que fomentam visões sexistas e misóginas (Verlaet, 2021). Além disso, os/as psicólogos/as podem também trabalhar na capacitação de outros/as profissionais da saúde para enfrentar de modo efetivo dificuldades que possam surgir no atendimento de mulheres que se encontram nessa situação (Verlaet, 2021).

O presente trabalho foi estruturado da seguinte forma: a seguir, serão apresentadas seções teóricas, nas quais são discutidos conceitos teóricos que fundamentaram a pesquisa. Posteriormente, será apresentada a seção metodológica, que descreve como a pesquisa foi

realizada e, em seguida, a seção de resultados e discussão, que apresenta e discute os principais resultados obtidos na pesquisa. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

Os objetivos, geral e específicos, da presente pesquisa são apresentados a seguir.

Objetivo geral:

Compreender como a psicologia clínica pode contribuir com a promoção da equidade nas relações de gênero e com o empoderamento feminino a partir de uma perspectiva preventiva, como estratégia interventiva.

Objetivos específicos:

- Analisar como os estereótipos de gênero influenciam nas desigualdades presentes nas relações de gênero a partir da perspectiva de psicólogos/as clínicos/as.
- Investigar de que maneiras a psicologia clínica pode contribuir com a prevenção da violência contra as mulheres.
- Compreender como as desigualdades nas relações de gênero influenciam o sofrimento psíquico vivenciado por mulheres e homens, a partir da perspectiva de psicólogos/as clínicos/as.

1. Identidades de Gênero e Sexismo

A pesquisa realizada utiliza o referencial da psicologia cultural como ponto de partida. Sendo assim, Valsiner (2012) afirma que a construção do psiquismo humano, a forma como nos relacionamos, percebemos e interagimos com o mundo contempla o papel constitutivo da cultura em que estamos inseridos para a psicologia cultural. Dessa forma, a cultura possui um papel central nas funções intrapessoais e interpessoais através da mediação semiótica, ou seja, a partir dos signos e, assim, através de diferentes formas de interação com outras pessoas, produzimos e internalizamos pensamentos e sentimentos (Valsiner, 2012).

Ademais “uma psicologia cultural, quase por definição, não estará preocupada com “comportamentos”, mas com “ações”, sua contrapartida intencionalmente fundada e, mais especificamente, com a ação situada, ações situadas em um cenário cultural e nos estados intencionais mutuamente interagentes dos participantes” (Bruner, 1997, p. 27).

Em consonância, Valsiner (2012) afirma que o que torna possível o desenvolvimento psicológico humano é o fato de modificarmos o meio em que vivemos e produzirmos objetos carregados de significados, artefatos culturais e, através dos signos, instrumentos que fazem a “ponte” entre as nossas funções psicológicas, as nossas relações interpessoais e o ambiente externo. Assim, o caráter ativo do sujeito, na medida em que transforma a cultura e também é transformado por ela, é destacado na psicologia cultural, visando entendê-lo a partir da integração de diversos aspectos de sua constituição, compreendendo a complexidade que caracteriza o desenvolvimento psicológico tipicamente humano (Madureira & Branco, 2005).

De acordo com Madureira e Branco (2012), marcadores sociais, tais como classe social, raça, gênero e orientação sexual não são simplesmente características individuais, mas sim características fortemente vinculadas à arena política em que ocorrem as relações cotidianas. As identidades sociais, que são sempre construídas em contextos histórico-

culturais estruturados, trazem consigo relações de poder, de opressão e resistência que perpassam todas as instâncias sociais (Foucault, 1996 citado por Madureira e Branco, 2012).

Dessa forma, Madureira, Holanda, Paula e Fonseca (2021) afirmam que são estabelecidos mecanismos e dispositivos de poder nas relações sociais, histórica e culturalmente localizadas, que exercem controle sobre as pessoas no interior de diferentes instituições. Por exemplo, são delimitados, de modo excludente, que comportamentos e atitudes homofóbicas e transfóbicas são “aceitáveis” a partir de piadas e diversas injúrias que são utilizadas como forma de controle social (Madureira, Holanda, Paula & Fonseca, 2021).

Além disso, no processo de construção das posições de identidade, a marcação simbólica da diferença é um aspecto crucial, visto que as identidades sociais estão baseadas, frequentemente, em uma dicotomia do tipo “nós” e “eles” (Woodward, 2000). A marcação da diferença se dá tanto por meio de sistemas simbólicos de representação, quanto por meio de formas de exclusão social e, assim, se estabelece um sistema classificatório que torna possível a produção de significados (Woodward, 2000).

Em consonância, Madureira e Barreto (2018) afirmam que para compreender processos de significação, principalmente em estudos que adotam uma perspectiva relacional e contextualizada culturalmente na análise de fenômenos psicológicos, é necessário levar em consideração a noção de alteridade. Ao falarmos sobre alteridade, falamos sobre relações, alianças e tensões entre o eu e os outros sociais (Madureira & Barreto, 2018).

As autoras acrescentam ainda que há momentos específicos na vida em que o outro, o “não-eu” pode ser percebido emocionalmente como uma ameaça e, durante esses momentos, o “não-eu” nos lembra que a alteridade, que é estranha para nós, não é somente algo externo ao eu, mas também algo que reside interiormente. Nesse sentido, se deparar com o “não-eu” pode ser perturbador, pois toca em questões subjetivas individuais, o que pode gerar o sentimento de medo (Madureira & Barreto, 2018).

Utilizando nacionalidades para entender processos identitários, Hall (1998) afirma que o processo de representação envolve profundamente a identidade. Para o autor, uma nação não é somente uma entidade política, mas também um sistema de representação cultural, e, sendo assim, as transformações nas relações espaço-tempo dentro de diferentes sistemas de representação influenciam profundamente a maneira como as identidades são localizadas e representadas. Nesse sentido, diferentes períodos históricos apresentam diferentes maneiras de combinar coordenadas espaço-tempo, o que tem implicações nas construções das identidades. Dessa forma, a identidade do sujeito masculino representado, por exemplo, nas pinturas do século XVIII tem um sentido muito distinto dos sujeitos representados nas pinturas cubistas de Picasso no século XX (Hall, 1998).

Nesse sentido, Galinkin e Zauli (2011) apontam que a identidade faz referência ao que uma pessoa é em oposição ao que não é. Os fatores que compõem a identidade de uma pessoa a iguala a alguns e a difere de outros/as (por exemplo, se ela é brasileira, não é japonesa), bem como a faz se sentir única e, concomitantemente, pertencente a determinados grupos e categorias sociais. Dessa forma, no reconhecimento de semelhanças é necessário fazer comparações e pressupor a existência de diferenças.

As autoras concluem que a convivência com grupos que percebemos como diferentes pode ser tanto positiva e produtiva, quanto negativa e conflituosa, mas é imprescindível saber aproveitar as vantagens da heterogeneidade e reconhecer o que há de positivo nas diferenças, a fim de desconstruir o preconceito e a discriminação (Galinkin & Zauli, 2011). Cabe mencionar que os conflitos não são necessariamente ruins, podendo inclusive impulsionar o desenvolvimento das pessoas, a depender da maneira como são encaminhados.

Além disso, Moreira e Câmera (2013) afirmam que grupos sociais que têm sido alvo de inaceitáveis discriminações há muito tempo, como os negros, as mulheres e os homossexuais, têm procurado, além da afirmação de suas identidades, desafiar a posição

privilegiada das identidades sociais hegemônicas. Moreira e Câmara (2013, p. 39)

acrescentam ainda:

Tais grupos se têm rebelado contra a situação de opressão que os têm vitimado e, por meio de árduas lutas, têm conquistado espaços e afirmado seus direitos à cidadania. Com muita tenacidade, têm contribuído para que se compreenda que as diferenças que os apartam dos “superiores”, “normais”, “inteligentes”, “capazes”, “fortes” ou “poderosos” são, na verdade, construções sociais e culturais que buscam legitimar e preservar privilégios.

Sobre os processos identitários, Sawaia (2014) afirma que a identidade é um conceito político ligado ao processo de inserção social em sociedades complexas, hierarquizadas e excludentes. No confronto de poder na dialética da inclusão e exclusão, se faz necessário negar, reforçar ou construir identidades e sua construção se dá, frequentemente, por meio da afirmação de privilégios de certos grupos e a negação de direitos de outros grupos (Sawaia, 2014).

Nessa direção, um exemplo significativo é o seguinte: durante o período colonial, propagava-se a visão de que os povos indígenas nunca trabalharam ou tiveram vontade de trabalhar, o que “justificaria” a sua exclusão da humanidade e dos direitos civis. É nesse sentido que se faz necessária a promoção da valorização das diferenças, assim como o incentivo à construção de relações de equidade, nos ambientes educacionais, como escolas e universidades.

Ademais, conforme já mencionado, os processos identitários têm forte ligação com as relações de poder que fomentam determinados preconceitos em relação a alguns grupos presentes em nossa sociedade. Esses preconceitos, muitas vezes, são cotidianamente traduzidos nas ações concretas nas interações sociais, caracterizando assim a discriminação (Madureira & Branco, 2012). Além disso, Myers (2014, p. 248) afirma que:

Atitudes e comportamentos muitas vezes têm uma relação pouco definida. As atitudes preconceituosas não precisam gerar atos hostis, e tampouco toda a opressão surge do

preconceito. O racismo e o sexismo são práticas institucionais que discriminam, mesmo quando não há intenção preconceituosa.

Tal afirmação pode ser exemplificada pela dimensão estrutural do sexismo, a qual perpassa as instituições para além das intenções individuais dos sujeitos, como, por exemplo, na desigualdade salarial entre gêneros presente até hoje no Brasil. Assim, é de suma importância e urgência que os cursos de Psicologia promovam mais espaços de discussão sobre preconceitos e práticas discriminatórias, que abordem a dimensão institucional e estrutural de certas atitudes preconceituosas. Em outras palavras, sendo certas práticas discriminatórias parte da estrutura social, elas não necessitam da “intenção” das pessoas para que se manifestem.

Cabe também mencionar que a mudança individual é muito importante para que ocorra mudança social, entretanto, a mudança social ocorre de maneira mais fácil quando há a recusa coletiva de calar-se diante de práticas discriminatórias e atitudes preconceituosas.

No que tange às questões de gênero e às questões étnico-raciais como expressões identitárias que são instituídas mediante relações de poder e estereótipos difundidos no cotidiano, Hirata (2014) retrata a importância de analisarmos a interseccionalidade para a compreensão de diversos posicionamentos identitários. Dessa forma, uma convergência de marcadores sociais, como gênero e pertencimento étnico-racial, pode representar uma maior vulnerabilidade social em relação ao espaço de poder ocupado socialmente.

Cabe mencionar também que, conforme é discutido por Araujo (2020), preconceitos e discriminações, como o racismo e o sexismo, estão presentes de maneira “naturalizada” nas mais diversas instituições, visto que estão na nossa cultura e história muito antes de nosso nascimento. Dessa forma, frequentemente, as diferenças que deveriam ser celebradas, são reforçadas como forma de manutenção de desigualdades historicamente estabelecidas entre distintos grupos.

Além disso, no que tange à temática de gênero, Scott (1995) afirma que o gênero é fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma primeira forma de significar as relações de poder e um elemento constitutivo de relações sociais.

Em relação ao uso do gênero para designar relações sociais entre os sexos, Scott (1995) afirma que:

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Louro (1999) considera que o sexo descoberto na gestação, ou no parto, desencadeia um processo de definir o corpo como um corpo feminino ou masculino e tal processo ocorre mediante a seguinte lógica cultural: o sexo é visto como algo que determinará o gênero (masculino/feminino) e uma única forma de desejo (heterossexual). Ainda sobre essa temática, Madureira, Holanda, Paula e Fonseca (2021) defendem que os aspectos biológicos são uma parte constitutiva da nossa espécie e o sexo (macho e fêmea) é parte integrante de tais aspectos. Entretanto, as formas como interpretamos os aspectos biológicos abrangem sempre significações culturais, já que não temos acesso direto aos aspectos biológicos sem a mediação da cultura.

Ademais, Madureira (2016) argumenta que o sentimento de pertencer a determinado gênero se constrói a partir de crenças, valores, práticas, estereótipos e preconceitos que delimitam as fronteiras simbólicas entre a feminilidade e a masculinidade de maneira mais rígida ou mais flexível. No Brasil, historicamente marcado por uma tradição católica,

cotidianamente reproduzimos, reatualizamos, reformulamos e contestamos, no imaginário social contemporâneo, significados culturais arcaicos sobre as mulheres (Madureira, 2016).

Um exemplo, apresentado em tom crítico pela autora (Madureira, 2016), de tais significados culturais arcaicos sobre as mulheres é a associação no imaginário social entre feminilidade e forças demoníacas, sendo a mulher considerada como um ser mais próximo do “carnal”, um ser mais passivo e suscetível ao pecado e, portanto, um ser que “precisa” de um controle rígido acerca de seu corpo e sua sexualidade.

Segundo Parker (1991), o homem é associado, historicamente, na sociedade brasileira, à superioridade, força, virilidade, atividade, potencial para a violência e o “legítimo” uso da força. Por outro lado, a mulher é socialmente associada à inferioridade, sendo considerada como o mais fraco dos dois sexos em todos os sentidos, além de bela, desejável e sujeita à dominação do patriarca. Tais associações compõem os estereótipos de gênero presentes na nossa sociedade.

Além disso, o processo contínuo de criação e manutenção de fronteiras simbólicas rígidas entre grupos sociais e indivíduos é favorecido pelo sexismo, estabelecendo uma separação dualista e hierárquica entre os gêneros masculino e feminino, além de relações de poder desiguais e a associação de significados pejorativos em relação a um dos gêneros, no caso o gênero feminino (Madureira, 2010).

Nesse sentido, em práticas cotidianas formais e informais, a reprodução do sexismo é perpetuada por meio da manutenção de fronteiras simbólicas hierárquicas e rígidas que separam o que é culturalmente associado à masculinidade e aquilo que é culturalmente associado à feminilidade (Madureira, 2018). Ademais, existem reproduções contínuas e mudanças de significados culturais que configuram as fronteiras simbólicas que delimitam espaços físicos e sociais destinados aos homens e às mulheres, por exemplo, bares para homens e cozinhas para mulheres (Madureira, 2018).

Cabe mencionar que, no desenvolvimento da cultura, o conflito apresenta um papel fundamental, apresentando-se na tensão entre a estabilidade e a mudança no interior de sistemas culturais. Dessa forma, o movimento feminista tem um papel muito importante na mudança do sistema patriarcal estabelecido em nossa cultura, fortalecendo a tensão entre estabilidade e mudança das fronteiras simbólicas associadas culturalmente à masculinidade e à feminilidade.

2. Preconceitos e Sofrimento Psíquico: Sexismo, Homofobia e Transfobia

Na presente seção, serão exploradas as conexões entre o sexismo, a homofobia, a transfobia e o sofrimento psíquico. Sendo assim, é importante destacar a conceituação de preconceitos adotada na pesquisa realizada: “De forma mais específica, adotamos a conceituação de “preconceitos como fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e indivíduos” (Madureira, 2007a; 2007b; 2007c; 2008 citada por Madureira & Branco, 2012, p. 125).

A forma como a pessoa vivencia, em termos cognitivos e afetivos, as suas experiências cotidianas e organiza a sua compreensão sobre o mundo social em que está inserida e sua compreensão sobre si mesma é afetada diretamente pelos preconceitos presentes nas relações cotidianas, de forma nem sempre sutil (Madureira & Branco, 2012).

Ademais, fronteiras simbólicas que delimitam, de forma semipermeável, as diferenças entre indivíduos e grupos sociais existem nos mais diversos contextos ao redor do mundo. Quando tais fronteiras se tornam impermeáveis e passam a caracterizar um grupo a partir de desqualificação constante e difusa de outros grupos, é possível notar o preconceito em ação (discriminação) (Madureira & Branco, 2012). Portanto, práticas discriminatórias se sustentam em ideias preconcebidas e quando as fronteiras rígidas se tornam alvos de transgressão, emergem a violência e a intolerância características da discriminação (Madureira & Branco, 2012).

Quanto ao sexismo, de maneira mais específica, a canalização cultural em direção à demarcação de espaços físicos e simbólicos voltados somente para homens ou somente para mulheres é essencial na construção e manutenção de fronteiras simbólicas rígidas que delimitam, no decorrer dos processos de socialização das pessoas, o que significa ser homem

e o que significa ser mulher (Madureira & Branco, 2012). Para ilustrar tal afirmação, cabe mencionar a dificuldade que muitas pessoas apresentam em compreender a possibilidade de existência para além de um sistema binário de gênero estabelecido e, por consequência, a invisibilidade de pessoas que se identificam como não-binário e todos os preconceitos que sofrem por se afirmarem de tal forma.

Além disso, Madureira (2007) afirma que, em linhas gerais, o sexismo corresponde à uma separação exclusiva dos gêneros, priorizando um em detrimento do outro e associando significados pejorativos ao “outro”. Em outras palavras, de forma didática, sexismo = distinção rígida de gêneros + relações de poder desiguais + preconceito construído para marcar as relações desiguais (Madureira, 2007).

Dessa forma, ao estimular espaços segregados para gêneros (como, por exemplo, oficinas mecânicas para homens e shoppings e mercados para mulheres), faz-se necessária a constante atualização da heteronormatividade nas relações sociais, fortalecendo a manutenção da homofobia na tentativa de garantir o exercício da sexualidade dentro dos parâmetros de uma heterossexualidade normativa voltada à reprodução (Madureira & Branco, 2012). Cabe também reforçar a importância de reconhecermos que o sexismo e a homofobia se retroalimentam nas práticas cotidianas e, portanto, é necessária a integração de estratégias de combate em relação a ambos (Madureira & Branco, 2012).

Nesse sentido, Madureira (2007) afirma que a homofobia é necessária para manter o sexismo e ambos são centrais para manter um alto nível de desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres, além de serem elementos centrais na escalada de poder em interações sociais em diferentes domínios do dia a dia.

Ademais, Borrillo (2009) sustenta que, no que tange o tratamento discriminatório, a homofobia é uma forma de inferiorização advinda da hierarquização das sexualidades, que atribui à heterossexualidade um status superior e “natural”. O autor considera também que a

diferença entre homossexual e heterossexual, para além de ser constatada, serve, principalmente, para ordenar um regime de sexualidades em que se qualificam somente os comportamentos heterossexuais como modelo social (Borrillo, 2009). Cabe mencionar também a seguinte afirmação de Borrillo (2009, p. 17):

A diferença homo/hetero não é apenas constatada; ela serve, sobretudo, para ordenar um regime de sexualidades no qual somente os comportamentos heterossexuais se qualificam como modelo social. Nessa ordem, o sexo biológico (macho/fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hetero), bem como um comportamento social específico (masculino/feminino). Sexismo e homofobia, aparecem, então, como elementos básicos do regime binário de sexualidades.

Sobre a vivência de pessoas transgênero, de maneira específica, Madureira e Fonseca (2020) afirmam que a partir do desvio da “norma” ou do que é entendido socialmente como “natural”, neste caso, o sistema binário de gênero – sistema que compreende dois elementos, nomeadamente dois sexos, feminino e masculino –, as pessoas transgênero, muitas vezes, têm suas vidas deslegitimadas. Nesse contexto, Bento (2017) considera que as rupturas com normas de gênero estimulam, no meio social, uma falta de inteligibilidade e de subsídios conceituais, linguísticos e psicológicos que deem sentido à existência das pessoas trans.

Além disso, Junqueira (2009) destaca que a ausência de enfrentamento aos estigmas, práticas discriminatórias e preconceitos, assim como a ausência de políticas públicas, geram o fortalecimento da “rede de exclusão” ao redor de pessoas trans, fazendo com que necessidades básicas não sejam atendidas, como acesso aos estudos e serviços de saúde, habitação e segurança.

Ademais, Preciado (2020) relata, a partir de suas experiências pessoais, que o processo de transição de gênero foi uma das coisas mais lindas e felizes que já fez na vida. Acrescenta também que o amedrontador e perigoso é a maneira como são tratadas cotidianamente as pessoas que tentam cruzar as fronteiras entre os gêneros estabelecidas

socialmente, assim como as ameaças de punição e/ou morte que recebem, e não o processo de transição em si (Preciado, 2020).

É pertinente também citar a pesquisa realizada por Franco e Cicillini (2015), sustentada na análise de fontes bibliográficas e documentais, entrevistas e questionários realizados com doze professoras trans das cinco regiões do Brasil, a fim de contextualizar os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras trans brasileiras nas suas trajetórias de escolarização e na docência.

A partir da pesquisa realizada, os autores afirmam que, na sociedade brasileira, é muito pequena a parcela de pessoas trans que consegue concluir seus estudos, em decorrência de, muitas vezes, serem obrigadas a permanecerem em ambientes hostis desde muito cedo nas suas trajetórias de vida. Dessa forma, essa população tem, normalmente, a vivência e o aprendizado da cidadania negados, principalmente pelos obstáculos comumente impostos pelo sistema educacional e enfrenta dificuldades em termos de ascensão social que não estejam vinculadas ao universo da marginalidade e da prostituição (Franco & Cicillini, 2015).

Ainda nesse sentido, Madureira e Branco (2012) afirmam, em tom crítico, que para que hierarquias e desigualdades sociais se sustentem, é preciso que as fronteiras simbólicas rígidas estabelecidas socialmente sejam “respeitadas”, não importando o sofrimento psíquico que possa surgir a partir disso. Assim, o preconceito não se fundamenta apenas na cognição, mas especialmente na emoção e, desse modo, na desconstrução de preconceitos (como, por exemplo, o sexismo, a homofobia e a transfobia) não basta apenas a apresentação de argumentos racionais ou “provas empíricas”.

Sobre o sofrimento psíquico relacionado ao preconceito, Fonseca (2018) afirma que os “transgressores” da “normalidade” (posta por modelos sociais por meio de ideologias patriarcais, heteronormativas e binárias, entre outras), considerando mais especificamente as pessoas trans, são impedidas de participar ativamente da sociedade. Em decorrência disso,

ficam à mercê da marginalização e da exclusão e apresentam como um indicador significativo e triste desse processo excludente, o suicídio. Ademais, a autora afirma também que a violência sofrida por aqueles/as que são possíveis alvos de transfobia pode propagar o medo, a insegurança e a anulação de si mesmo/a (Fonseca, 2018).

Quanto ao sofrimento psíquico relacionado à homofobia, de modo mais específico, Cruz, Oliveira e Araújo (2019) reiteram a evidência de condutas reguladoras expressas no cotidiano e de forma naturalizada na vida de jovens homossexuais em contextos familiares marcados pela homofobia, o que afeta a saúde mental dos/as mesmos/as e os modos de se relacionarem nos diferentes meios sociais. Ademais, as autoras afirmam que, como consequência da exclusão, das humilhações e constrangimentos aos quais são submetidos/as, tais jovens tendem a apresentar comportamentos de autoagressão ou de alto risco, além de pensamentos e visões de mundo e de si mesmos/as que podem estar distorcidos (Cruz, Oliveira e Araújo, 2019).

Ainda sobre os processos de adoecimento psíquico, Zanello, Fiuza e Costa (2015) consideram que o sofrimento psíquico e a reação a ele são socialmente construídos e, sobretudo, moldados a partir dos valores e ideias estereotipados de gênero, apresentando como consequência, caminhos privilegiados distintos de subjetivação para homens e mulheres, que se tornam evidentes na expressão de tais processos de adoecimento psíquico.

Nesse sentido, cabe mencionar que Zanello, Fiuza e Costa (2015) realizaram uma pesquisa a fim de analisar como a “loucura” ou o sofrimento psíquico grave (porém o sujeito não está em crise), “coloca em xeque” os sujeitos e a maneira como os estereótipos de gênero participam da configuração e constituição do sofrimento e, para tal, realizaram 15 entrevistas com usuários/as de um Centro de Atenção Psicossocial de Brasília - DF.

Os autores concluem que a experiência do adoecimento psíquico, assim como o sentido/vivência do sofrimento, são gendrados, visto que, de maneira geral, as mulheres se

queixam de que a doença atrapalha o exercício de cuidado dos filhos e do lar (deveres domésticos) e os homens sofrem pela não-produtividade. Ademais, os autores afirmam que o sujeito toma a si mesmo como objeto de julgamento e valoração a partir dos ideais estabelecidos pelos valores culturais hegemônicos de gênero, tendo as questões geradoras de sofrimento psíquico base, portanto, nos estereótipos de gênero (Zanello, Fiuza & Costa, 2015).

Dessa forma, com o intuito de favorecer a desconstrução de preconceitos, o espaço psicoterapêutico presente na clínica pode contribuir por meio da promoção de reflexão e da sensibilização das pessoas em relação a assuntos que permeiam a violência contra as mulheres, como estereótipos de gênero, o racismo, a homofobia e a transfobia, por exemplo.

3. A Psicologia Clínica e o Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres

Na presente seção teórica, busco explorar possíveis contribuições da Psicologia Clínica para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Para tal, se faz necessário, inicialmente entender a existência corporal de forma contextualizada pela cultura.

Nesse sentido, Novaes (2013) afirma que de forma similar à linguagem e ao pensamento, o corpo também é uma construção social, é necessariamente parte do simbólico e possui uma relação de ressonância mútua com a própria comunidade em que a pessoa está inserida. Além disso, Le Breton (2007) considera a existência, antes de mais nada, corporal, sendo o corpo, influenciado fortemente pelo contexto social e cultural em que o indivíduo está imerso. Ou seja, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída (expressão de sentimentos, conjunto de gestos e mímicas dos ritos de interação, jogos sutis de sedução, exercícios físicos, relação com a dor, etc.).

Ainda nesse contexto, Novaes (2013) afirma que a fim de resgatar a dimensão social e simbólica, visto que o corpo e suas manifestações jamais serão naturais, é necessário perceber que a nossa percepção sobre o corpo é uma invenção moderna (Novaes, 2013).

Sendo assim, é de extrema importância que a Psicologia Clínica supere o dualismo ‘mente x corpo’ e entenda o funcionamento dos dois de maneira integrada, ambos perpassados por marcas culturais da sociedade em que o indivíduo se insere. Além disso, como citado anteriormente, as identidades de gênero e as orientações sexuais não-hegemônicas possuem forte ligação com o sofrimento psíquico devido aos preconceitos sofridos por indivíduos que se identificam com elas. Dessa forma, se faz necessário compreender como a psicoterapia pode contribuir com demandas relacionadas ao gênero e à sexualidade.

Quanto às possíveis contribuições da psicoterapia de pessoas que se encontrem em conflito com suas identidades sexuais não-hegemônicas, Vanazzi (2021) afirma que uma delas é o fortalecimento psíquico das mesmas, as auxiliando a lidarem subjetivamente com a homofobia.

Cabe aqui mencionar que o caráter individual de fortalecimento psíquico é de suma importância, mas o fortalecimento das redes de apoio deve ser trabalhado em conjunto a fim de ampliar as possibilidades de apoio em momentos de crise.

Ademais, o espaço da psicoterapia pode contribuir também como um espaço de fortalecimento psíquico para que o/a cliente consiga enxergar sua singularidade dentro de um grupo, além de se sentir pertencente à comunidade LGBTQ+ (Alves, 2022; Castañeda, 2007). Outra possibilidade de contribuição da psicoterapia abordada por Alves (2022) foi a de desconstruir crenças limitantes relacionadas ao preconceito internalizado pelo indivíduo, além de fortalecer a autoestima e a visão positiva de si, possibilitando que a pessoa consiga sair de espaços violentos.

O fortalecimento das redes de apoio também é de suma importância quanto à saída do indivíduo de espaços violentos, visto que amplia as possibilidades de mudança e a construção de uma realidade diferente.

Quanto à competência de psicoterapeutas para trabalhar com indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais, Moleiro e Pinto (2009), consideram três dimensões importantes: 1) consciência de suas crenças, valores e preconceitos; 2) conhecimento sobre grupos minoritários, seus valores, práticas, processos de discriminação e estigmatização, modelos de aculturação e desenvolvimento da identidade; e 3) competências específicas para avaliar e intervir ética e eficazmente com essa população, como, por exemplo, procurar supervisão específica acerca da temática LGBTQ+.

Em consonância, Pedrosa e Teixeira (2015) esclarecem que, para além dos aspectos biológicos, no contexto clínico, é necessário compreender também o corpo perpassado pelas vivências do indivíduo no contexto cultural em que está inserido, levando em consideração questões subjetivas dos sujeitos.

Ainda sobre a prática clínica, Lima (2014) afirma que, na perspectiva da Gestalt, a saúde é entendida como o estado em que o sujeito consegue “sentir-se em casa” em qualquer lugar do mundo e esse estado resulta do quão bem suas necessidades estão sendo supridas em relação ao ambiente em que está inserido. Sendo assim, as violências presentes nos processos discriminatórios e a negação de direitos e afetos prejudicam diretamente a saúde do sujeito.

Já Lima e Werlang (2011), que estudaram o fenômeno da violência doméstica à luz da psicanálise, afirmam que é necessário que as mulheres que sofreram violência doméstica nomeiem, identifiquem e atribuam sentido à violência vivida a fim de anular a força da pulsão de morte e da compulsão à repetição e encontrar uma nova forma de existir.

Ademais, as autoras consideram muito importante que o profissional de saúde mental no acompanhamento dessas mulheres aprenda a manejar a angústia advinda ao encontrar uma nova forma de existir (fora do relacionamento em que foi violentada) e as auxilie a acessar a possibilidade de autonomia, no resgate do amor próprio, na responsabilização de novas escolhas afetivas e seus próprios atos e que não escute com indiferença seus relatos de sofrimento, mas com empatia (Lima & Werlang, 2011).

Ainda nesse contexto, Guerin e Ortolan (2017), que estudaram a violência doméstica sob a perspectiva da análise do comportamento a fim de listar comportamentos comuns nas práticas de violência doméstica a fim de utilizá-los como ponto de partida para analisar estratégias contextuais ou contingências que podem estar envolvidas.

Cabe mencionar que os autores consideram que treinar mulheres para reconhecer padrões funcionais de comportamento, os quais permitem um melhor entendimento do

contexto da violência doméstica, para além do comportamento topográfico pode ser útil em intervenções (Guerin & Ortolan, 2017).

Quanto à formação de psicólogos/as, Verlaet (2021, p. 7) afirma que:

As(os) psicólogas(os) compõem uma das categorias de profissionais da saúde que trabalham com mulheres vítimas de violência e, portanto, a sua formação inicial e, posteriormente, a sua formação continuada para manejar essas situações também deve ser problematizada criticamente. Isso se torna ainda mais relevante quando se leva em consideração os múltiplos âmbitos nos quais as(os) psicólogas(os) podem entrar em contato com mulheres em situação de violência, como em hospitais, delegacias e no próprio atendimento clínico.

Nesse sentido, reforço a importância do papel do/a psicólogo/a no enfrentamento da violência contra as mulheres tanto no amparo à vítima quanto na capacitação de outros profissionais que trabalham com atendimento a mulheres em situação de violência para que possam lidar de maneira efetiva com dificuldades que podem surgir durante o trabalho com as vítimas.

Quanto à formação profissional de psicólogos, Borrillo (2009) reforça a importância de uma maior inclusão de discussões acerca da diversidade sexual, além dos valores de igualdade e não-discriminação na formação de profissionais que lidam com determinados aspectos da vida privada dos indivíduos, dentre eles, a sua sexualidade.

Cabe aqui mencionar, também, que Almeida (2014) enfatiza que as mulheres afetadas pela violência têm consequências graves na sua saúde e, geralmente, os/as profissionais responsáveis pela intervenção reforçam o imaginário coletivo de que esse tipo de violência é exclusivo de classes sociais empobrecidas e de um grupo de mulheres específico exposto a um homem agressor visto de forma individualizada.

Nesse contexto, Pedrosa e Zanello (2016) realizaram um estudo sobre a percepção, crenças e conhecimentos sobre a violência contra as mulheres e políticas públicas com profissionais de saúde mental que trabalhavam em um Centro de Atenção Psicossocial II

(CAPS II) de uma capital brasileira. A pesquisa realizada pelas autoras produziu um levantamento acerca da percepção, crenças e conhecimentos sobre violência contra as mulheres a partir de 12 entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde de um CAPS II de uma capital brasileira e da análise de seus conteúdos.

Como resultados do estudo, foi possível observar que ainda que exista a percepção da recorrência de situações de violência entre usuárias do CAPS, apenas em casos bem graves é feita a notificação e encaminhamento para os serviços disponíveis na rede, ficando a intervenção realizada, em geral, baseada na intuição e no senso comum, ao invés de conhecimentos teóricos e práticos (Pedrosa & Zanello, 2016).

Portanto, é de suma importância produzir conhecimentos científicos que possam contribuir com a desconstrução das relações desiguais de poder, em termos de gênero, classe, sexualidade e raça. Além disso, é importante buscarmos formas democráticas de acesso a esses conhecimentos, principalmente para estudantes e profissionais da área da saúde. Nesse sentido, é urgente que os cursos de psicologia abordem, em disciplinas obrigatórias, discussões aprofundadas sobre as identidades de gênero e as orientações sexuais, assim como formas de preconceito e discriminação, como a violência sexista contra as mulheres, a homofobia e a transfobia.

Enquanto tais assuntos permanecem sendo abordados de maneira superficial ou sequer sendo abordados nos cursos de graduação em psicologia, deixando estudos sobre tais temáticas a critério da motivação pessoal dos/as alunos/as, seguiremos com uma vasta gama de profissionais da psicologia prestando serviços baseados no senso comum e em suas opiniões pessoais no que se refere a tais temáticas.

Finalizo, assim, as seções teóricas do presente trabalho. Na próxima seção, irei descrever a metodologia utilizada na pesquisa realizada.

4. Metodologia

A pesquisa que foi realizada é de caráter qualitativo. Na epistemologia qualitativa desenvolvida por González Rey, ao invés de compreender a realidade como algo simples que possa ser descrito a partir de leis universais, como pressupõe a perspectiva epistemológica positivista, há um esforço para compreendê-la em sua complexidade da melhor forma possível. Ademais, na epistemologia qualitativa, os pesquisadores acreditam no caráter construtivo interpretativo do conhecimento, ou seja, busca compreender o conhecimento como produção interpretativa dos/as pesquisadores/as (González Rey, 2005).

González Rey (2005) critica o instrumentalismo metodológico da epistemologia positivista ao falar sobre a dissociação dos instrumentos e técnicas em relação às representações teóricas e sua conversão em princípios absolutos de legitimidade para a informação produzida por eles. Sendo assim, as informações produzidas não contavam com as reflexões dos pesquisadores, estabelecendo, dessa maneira, uma rotina classificatória em que o/a pesquisador/a busca apenas aplicar um conjunto de conhecimentos preestabelecidos (González Rey, 2005).

De forma mais específica, a perspectiva epistemológica positivista tem a tradição de construir categorias analíticas que privilegiam a descrição de atributos estáticos e, portanto, não contempla satisfatoriamente o caráter eminentemente dinâmico dos fenômenos relativos ao desenvolvimento psicológico humano. Assim, a epistemologia positivista foca nos instrumentos e técnicas de pesquisa, enfatizando a (suposta) imparcialidade da ciência e, conseqüentemente, desconsiderando os sujeitos, pesquisador/a e participantes, como ativos na produção científica (Madureira & Branco, 2001).

Seguindo essa lógica adotada pelo positivismo de que a natureza segue leis simples e imutáveis e, portanto, cabe aos/às cientistas a descrição de tais leis, a partir de métodos

validados cientificamente, a realidade seria compreendida a partir de leis simples que regem os fenômenos físicos, biológicos e sociais, ignorando a dimensão cultural em que se insere a atividade de pesquisa e fortalecendo o mito da neutralidade científica e do controle dos/as pesquisadores/as em relação aos fenômenos estudados (Madureira & Branco, 2001).

Além disso, Minayo (2016) destaca que a pesquisa qualitativa tem como foco principal a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Dessa forma, é de suma importância, ao analisar e interpretar as informações construídas nas pesquisas qualitativas, buscar tanto o que é compartilhado quanto o que se diferencia dentro de um mesmo meio social, a partir da identificação dos pontos de convergência e divergência entre os/as participantes da pesquisa (Minayo, 2016).

Ademais, Minayo (2016) afirma que as diferenças entre as pesquisas qualitativas e as pesquisas quantitativas não são hierárquicas, mas de natureza, visto que estudos quantitativos objetivam criar modelos abstratos ou descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, ao passo que estudos qualitativos se aprofundam no mundo dos significados. Sendo assim, nas pesquisas qualitativas, as entrevistas e observações participantes são técnicas de pesquisa muito utilizadas para compreender, de forma mais aprofundada, os códigos sociais, as crenças e os valores, indo além da mera classificação de opinião dos/as participantes, demandando uma contribuição singular e contextualizada do/a pesquisador/a na busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria adotada na pesquisa (Minayo, 2016).

Além disso, nas pesquisas qualitativas se considera seriamente os processos dinâmicos e complexos de constituição do sujeito psicológico concreto. Em termos metodológicos, as pesquisas qualitativas, inspiradas na epistemologia qualitativa, substituem a resposta pela construção, a suposta neutralidade do pesquisador pela participação ativa e a verificação pela elaboração (González Rey, 1997 citado por Madureira & Branco, 2001).

4.1 Participantes

Os critérios para a seleção de participantes da pesquisa foram os seguintes:

psicólogos/as clínicos/as com, pelo menos, 3 anos de atuação na área e de diferentes abordagens teóricas psicoterapêuticas. A partir desses critérios, foram selecionados sete participantes, via rede interpessoal da pesquisadora.

Na tabela 1, a seguir, são apresentados os dados sociodemográficos dos/as participantes. Os nomes foram substituídos por nomes fictícios, com o intuito de manter o sigilo em relação às identidades pessoais dos/as participantes.

Tabela 1

Dados sociodemográficos dos participantes.

Nome (fictício)	Idade	Gênero	Pertencimento étnico-racial	Religião	Tempo de atuação na clínica em anos	Abordagem teórica psicoterapêutica
Adriana	32	Feminino	Branca	Agnóstica	8	Teoria da Subjetividade
Bruno	38	Masculino	Branco	Católico	7	Psicanálise
Cecília	46	Feminino	Branca	Espírita	21	Psicanálise
Douglas	32	Masculino	Pardo	Católico	7	Cognitivo-comportamental
Eliana	27	Feminino	Branca	Católica	4	Psicanálise
Fábio	43	Masculino	Pardo	Não possui	21	Análise do Comportamento
Giovana	27	Feminino	Branca	Católica	3	Terapia Cognitivo-comportamental

4.2 Materiais e instrumentos

Os materiais utilizados na pesquisa foram: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A), que foi enviado para cada participante um pouco antes da entrevista; o gravador do celular da pesquisadora, a fim de gravar o áudio, com

consentimento dos/as participantes, para realizar a transcrição das entrevistas posteriormente; computador com acesso à internet para acessar o aplicativo Google Meet e câmera, visto que as entrevistas foram realizadas virtualmente. Além disso, como instrumento de pesquisa, foi utilizado um roteiro da entrevista semiestruturada (Anexo B).

4.3 Procedimentos de construção de informações

Primeiramente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP CEUB). Após receber o parecer de aprovação do CEP CEUB (Anexo C – CAAE: 62688022.2.0000.0023), a pesquisadora começou a seleção dos/as participantes a partir dos contatos de suas redes interpessoais. Após um contato breve para fornecer algumas informações importantes em relação à pesquisa, as entrevistas foram marcadas e realizadas em apenas um encontro individual virtual com cada participante.

Devido ao contexto mundial de pandemia da COVID-19, para evitar a exposição de riscos de contaminação e garantir a segurança e saúde tanto da pesquisadora quanto dos/as participantes, as entrevistas foram realizadas virtualmente, via Google Meet.

Cabe mencionar também que a realização das entrevistas só teve início após o envio e a leitura por parte dos/as participantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, assim como o esclarecimento de eventuais dúvidas e a expressão de concordância verbal dos mesmos, que foi gravado pela pesquisadora. Foi assegurado o sigilo em relação à identidade pessoal de cada participante e solicitado que o áudio da entrevista fosse gravado, esclarecendo que o mesmo auxiliaria na análise que foi realizada, posteriormente, pela pesquisadora.

Quanto à entrevista, como estratégia metodológica, Madureira e Branco (2001) afirmam que a mesma é entendida como um espaço dialógico de co-construção de significados entre pesquisador/a e entrevistado/a, envolvendo assim um papel ativo das duas

partes, bem como a compreensão mútua na construção desse espaço dialógico. Ademais, há algumas informações referentes a aspectos subjetivos dos/as participantes que só podem ser obtidas na construção do diálogo com o indivíduo entrevistado, a partir da reflexão do mesmo sobre a realidade que vivencia (Minayo, 2016).

Para a realização das entrevistas, foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada. Quanto à entrevista semiestruturada, Minayo (2016) a define como uma conversa com finalidade que se utiliza de perguntas abertas e fechadas e proporciona a possibilidade de que o/a entrevistado/a discorra sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

4.4 Procedimentos de análise

A análise das informações construídas na pesquisa de campo aconteceu por meio do método de análise de conteúdo em sua vertente temática, utilizando categorias que focalizam temas relevantes para a pesquisa.

De acordo com Gomes (2016), por meio da análise de conteúdo, é possível ir além do que está sendo comunicado explicitamente e compreender o que está por trás dos conteúdos manifestos. Além disso, de forma mais específica, na análise de conteúdo em sua vertente temática são construídas categorias analíticas, a partir de critérios semânticos, que agrupam ideias ou expressões, por exemplo, a partir de um conceito que é capaz de abranger temas relevantes, considerando os objetivos da pesquisa (Gomes, 2016).

Dessa forma, após a finalização das transcrições das entrevistas, deu-se a construção das categorias analíticas temáticas. Cabe mencionar que a construção das categorias analíticas ocorreu considerando a temática investigada, os objetivos da pesquisa e as informações mais relevantes que emergiram nas entrevistas que foram realizadas.

De forma mais específica, foram elaboradas as seguintes categorias: (a) Os estereótipos de gênero e as violências contra as mulheres em discussão; (b) Sofrimento

psíquico e desigualdades de gênero: sexismo e subjetividade; e (c) A promoção da equidade nas relações de gênero e o empoderamento feminino: contribuições da psicologia clínica.

5. Resultados e Discussão

Na presente seção, serão apresentados e discutidos os resultados mais significativos da pesquisa realizada, considerando as três categorias analíticas temáticas mencionadas anteriormente. Cabe mencionar novamente que os nomes utilizados para os/as participantes são fictícios a fim de garantir o sigilo.

5.1 Os estereótipos de gênero e as violências contra as mulheres em discussão

“Eu diria que gênero tem a ver com... As nossas identificações, então... Tem a ver com tudo o que a gente construiu, né? Desde que a gente nasce e que a gente carrega das pessoas que falam, né? Que falaram ao nosso redor desde que a gente nasceu e tem a ver com o que a gente conseguiu construir a partir disso em relação ao nosso gênero, a como a gente se identifica, é... Nossas questões, né? Homem, mulher, sexualidade, é... Gostos... Como a gente se enxerga... Eu diria que tem a ver com isso.”

Essa é a resposta da participante Eliana quando questionada o que é gênero para ela. A visão de gênero como um aspecto de identificação individual e da forma como o sujeito se enxerga no mundo foi compartilhada por todos/as os/as participantes da pesquisa.

Ademais, o participante Douglas precisou de um tempo considerável de reflexão para conseguir definir o que era gênero e só o conseguiu fazer, após pensar sobre o que caracterizava a feminilidade e a masculinidade. Em um sentido parecido, Cecília, apesar de definir gênero como um aspecto de identificação pessoal, apresenta muita dificuldade para caracterizar feminilidade e masculinidade para além de componentes biológicos, o que é expresso na seguinte fala da participante:

“Feminino, no meu conhecimento é... É composto pela abertura, né? Ao acolhimento, né? Tendo em vista, hã... O traço, né? Do útero. Para mim o feminino, ele é muito... A... O compõe a partir das suas amarrações, né? E o corpo é uma dessas

amarrações, né? Então... Trazendo esse sentido, né? De um certo lugar onde se comporta um outro sujeito, né? Pra mim o feminino, ele... Ele... É... Ele vai se engendrando por essa abertura.”

Tais recortes das entrevistas ilustram a discussão desenvolvida por Madureira, Holanda, Paula e Fonseca (2021) sobre os aspectos biológicos serem constitutivos da nossa espécie, entretanto, os interpretamos a partir de significações culturais, visto que o que entendemos por masculinidade e feminilidade é sempre mediado pela cultura.

Cabe aqui também problematizar a associação do útero como algo que define a feminilidade, visto que tal associação invalida a existência de mulheres trans e mulheres cis que nascem sem útero (Síndrome de Mayer-Rokitansky-Kuster-Hauser ou MRKH) ou precisam retirá-lo por algum motivo ao longo de suas vidas.

Ademais, Verlaet (2021) afirma que ser mulher abrange uma realidade complexa e multifacetada, o que pode se relacionar com a dificuldade de definir em palavras seu gênero. Tal afirmação pode ser exemplificada pelas diferentes expectativas sociais e vivências de mulheres brancas e mulheres negras, assim como de mulheres cis e mulheres trans.

Ao falar sobre identidades de gênero, sejam elas masculinas, femininas ou não-binárias, é de suma importância considerar a diversidade de experiências vivenciadas pelas pessoas, visto que as identidades são entendidas como uma construção feita pelos indivíduos em diversos grupos sociais e devem ser consideradas plurais.

Cabe mencionar também que outros três participantes associaram gênero à sexualidade, como, por exemplo, na fala de Douglas, que respondeu: *“Gênero (risadas)... Hétero (risadas)... Gênero masculino”* quando perguntado com que gênero ele se identificava e na fala de Fábio, que, quando perguntado o que era gênero para ele, disse: *“Gênero? Uai... É como as pessoas se identificam, né? Em termos de... É... Como se veem em termos de... É... Não é sexualidade, sexualidade não é o certo, hã... Difícil isso, hein?”*

Ainda sobre a dificuldade para definir gênero, Madureira e Branco (2015) consideram que as discussões sobre gênero alcançam um nível teórico-conceitual cada vez mais sofisticado no universo acadêmico, entretanto o conceito de gênero parece distante da realidade de professores/as do ensino fundamental de escolas públicas do Distrito Federal (participantes da pesquisa citada).

Na presente monografia também foi possível perceber grande dificuldade de conceitualizar na maioria dos/as psicólogos/as ao serem questionados/as sobre o que é gênero. Uma possível hipótese que justificaria tal dificuldade está relacionada ao fato de tais profissionais não terem estudado questões de gênero de maneira específica na sua graduação, o que demonstra uma lacuna significativa em sua formação profissional.

Já a associação comum entre gênero e sexualidade está em consonância com a discussão apresentada por Louro (1999) da lógica cultural de que o sexo determina o gênero (masculino/feminino) e a uma única forma de desejo (heterossexual). A partir de tais associações, é possível notar como a mentalidade heteronormativa está presente de maneira estruturante em nossa sociedade.

No que diz respeito aos estereótipos e expectativas sociais em relação à masculinidade e a feminilidade, todos os participantes concordam que há diferenças de expectativas em relação aos homens e às mulheres. Sobre essas expectativas, a participante Adriana afirma:

“Eu entendo que ainda socialmente e culturalmente é muito presente essa exigência da mulher como um ser dócil, compreensivo, sempre cuidador, um ser que naturalmente quer ser mãe porque a maternidade é natural, né? Todo esse tipo de coisa, mas eu também entendo que as mulheres estão começando a habitar um outro espaço socialmente e culturalmente que diz respeito a ocupar posições de poder, a estar, enfim, fazer visibilidade nos espaços de trabalho... Mas eu acho que isso tem um lado bom, mas também tem um lado de muito sofrimento que é o lado da tripla jornada das mulheres se cobrarem, trabalharem e darem conta de casa, então assim... Eu acho que socialmente e culturalmente o que se exige da mulher é que ela seja super, ultra, que ela dê conta de tudo. Antes era mais no lar isso, agora eu acho que tá em todos os espaços, muito disseminado.”

Cabe mencionar que a tripla jornada feminina, mencionada pela participante, faz referência à expectativa social de que as mulheres manejem suas tarefas como mãe e esposa, tarefas do lar e sua vida profissional e/ou acadêmica diariamente, configurando uma rotina muito exaustiva. Tal jornada está intrinsecamente ligada à associação cultural do feminino àquilo que é passivo, ao espaço doméstico e privado, enquanto o masculino é associado à atividade e ao espaço público.

Mais especificamente, as expectativas sociais em relação às mulheres, mencionadas pelos participantes foram: ser dócil, compreensiva, cuidadora, educada, gentil, “fofa”, frágil, submissa, ter a vida centralizada em um relacionamento amoroso ser mãe, ser uma profissional bem sucedida, ser uma boa esposa, ser uma boa namorada e ser dona de casa. Já em relação aos homens, as expectativas sociais mencionadas foram: virilidade, produtividade, ser o provedor financeiro, status e poder social, ser um bom profissional e ser aventureiro.

As expectativas sociais mencionadas pelos participantes estão em consonância com o apresentado anteriormente por Parker (1991) que afirma que historicamente, na sociedade brasileira, o homem é associado à superioridade, força, virilidade, potencial para a violência e o “legítimo” uso da força. Enquanto isso, a mulher é associada socialmente à inferioridade, sendo considerada como o mais fraco dos sexos em todos os sentidos, além de bela, desejável e sujeita à dominação do patriarca.

Quanto à centralização da vida da mulher em um relacionamento amoroso, mencionada pelos participantes, Zanello (2018) afirma que o maior fator de desempoderamento das mulheres e empoderamento e proteção psíquica para os homens é o dispositivo amoroso. Dessa forma, na nossa cultura, a subjetivação das mulheres acontece, na relação consigo mesmas, a partir do olhar de um homem que as “escolha”, sendo essa escolha por um homem, um fator identitário para elas. Culturalmente, os homens têm sido ensinados

a amar muitas coisas e as mulheres tem sido ensinadas a amar sobretudo, e principalmente, os homens (Zanello, 2018).

Além disso, as expectativas sociais mencionadas pelos participantes estão alinhadas com a discussão desenvolvida por Zanello, Fiuza e Costa (2015), sobre a experiência do adoecimento psíquico e o sentido/vivência do processo de adoecimento serem genderados na medida em que os estereótipos de gênero são muitas vezes internalizados pelas pessoas de modo a orientar suas ações, utilizando-os como ideais de objeto de julgamento e valoração.

Nesse sentido, o medo que as pessoas podem sentir em relação a não corresponder com os estereótipos de gênero tem associação direta com as penalizações, por meio da discriminação, sofridas por aqueles que fogem de tais estereótipos.

Sendo assim, analisando as expectativas sociais mencionadas nas entrevistas e entendendo tais como ideais para os indivíduos, entende-se a vulnerabilidade maior da mulher de entrar em relacionamentos com práticas violentas e uma grande dificuldade de sair deles.

Ainda sobre a relação entre os estereótipos de gênero e as violências contra as mulheres, cabe aqui resgatar a afirmação de Almeida (2014, p. 333):

“Todo tipo de violência contra a mulher é expressão de uma resposta emocional reativa, instrumentalizada dos homens para manter ou recuperar as fronteiras de gênero socialmente estabelecidas, mantendo ou defendendo as prerrogativas e os privilégios masculinos diante do rebaixamento que representam as margens de empoderamento físico, econômico e político, especialmente obtidos pelas mulheres nas três últimas décadas”.

Ademais, no que tange a prevenção da violência contra as mulheres, a Psicologia deve atuar se orientando a partir da opressão e do sofrimento que advém da reprodução cotidiana dos estereótipos de gênero que tentam aprisionar mulheres e da violência que surge disso (Verlaet, 2021).

5.2 Sofrimento Psíquico e desigualdades de gênero: sexismo e subjetividade

“Eu acho que talvez já tenha existido sim uma figura ideal, Hoje em dia eu não sei, assim, ainda mais hoje em dia, depois de estudar essas coisas e depois de... de percorrer já um certo caminho... Claro que eu tenho os meus ideais de mulher assim, né? Eu acho que tem a ver com as minhas referências, isso que eu busco, algo que eu construí ao longo da vida. (...) Talvez hoje eu possa chamar isso de ideal porque é onde eu me inspiro, mas... Na verdade não existe muito essa mulher ideal porque vai ser uma mulher ideal para cada mulher, pra você vai ser um outro tipo de mulher ou pra fulana vai ser um outro tipo de mulher, então hoje eu entendo esse ideal como... Referência assim, né? (...) Agora não acredito que isso seja um ideal universal, né? Acho que isso vai ser diferente pra cada pessoa.”

Essa é a resposta da participante Eliana para a pergunta se existe uma figura ideal de mulher para ela, ou não. Nesse aspecto, todos os participantes afirmam não ter uma figura ideal de homem nem de mulher para si, mas Bruno, Cecília, Douglas e Giovana reconhecem que já tiveram figuras ideais, tanto de homens quanto de mulheres, e romperam com elas ao longo de sua vivência pessoal.

Cabe aqui ressaltar a importância da convivência com a diferença, impulsionando o desenvolvimento das pessoas e o reconhecimento do que há de positivo nas diferenças a fim de desconstruir preconceitos e discriminações. Ademais, Woodward (2000, p. 50) afirma nesse contexto que: “A diferença pode ser construída negativamente – com a exclusão ou a marginalização das pessoas definidas como “outro”, como forasteiros. Ela pode também ser considerada fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo e é enriquecedora”.

Ao se reconhecer o que há de positivo nas diferenças e aproveitar as vantagens da heterogeneidade, respeitando a identidade de cada indivíduo e grupo, contribui-se para a diminuição do preconceito, da discriminação e dos conflitos intergrupais (Galinkin e Zauli, 2011).

Nesse sentido, o seguinte trecho da entrevista com Fábio ilustra bem tal afirmação: “*Tem tantas mulheres fantásticas aí e bem diferentes, às vezes extremamente opostas, não vejo uma figura ideal não (...) Eu vejo homens fantásticos por aí, né? E ao mesmo tempo, bem diferentes, né? Com muitas diferenças entre si.*”

Os ideais construídos inicialmente em suas vidas, tiveram relação com as expectativas sociais de gênero que os cercaram desde que nasceram. Quanto a essas expectativas, todos/as os/as participantes acreditam que são fatores muito prejudiciais quando tais expectativas não estão alinhadas com as identificações pessoais dos sujeitos. A seguinte fala de Adriana é um exemplo da afirmativa: “*Eu acho que toda expectativa social e cultural que de alguma maneira não dialoga com o que a gente tem pra gente como um caminho de vida é sofrida, né?*”

Tal afirmação pode ser articulada à discussão desenvolvida por Madureira e Fonseca (2020) acerca da transfobia e de como as pessoas trans tem duas vidas deslegitimadas e sofrem consequências em termos discriminatórios, muitas vezes de forma bastante violenta, por desafiarem o sistema binário de gênero.

Sendo, então, o sofrimento gerado pela quebra de expectativas sociais quanto ao gênero algo tão comum, urge implementar disciplinas obrigatórias sobre as questões de gênero nos cursos de Psicologia a fim de capacitar os/as futuros/as psicólogos/as a lidarem de modo profissional e teoricamente fundamentado com essas questões.

Ademais, Verlaet (2021) afirma que ao se fazerem presentes em disciplinas obrigatórias distintas ao longo da graduação temas relacionados aos processos identitários, incluindo identidades de gênero, permite-se que os/as alunos/as desenvolvam pensamento crítico e reflexivo com relação a estereótipos, preconceito e discriminação que permeiam questões identitárias. A partir do desenvolvimento desse pensamento, contribui-se para a

construção de saberes e habilidades necessárias para que esses/as futuros/as psicólogos/as atuem em um contexto de violência contra as mulheres (Verlaet, 2021).

Cabe também mencionar a reflexão trazida por Bruno ao ser questionado sobre as principais implicações em termos de sofrimento psíquico no que se refere à violência contra as mulheres:

“Se a gente for falar da violência contra a mulher, a gente pode falar de algo além do próprio ato em si dentro de uma relação, né? Porque você vê, a mulher ter passado por algumas privações do ambiente, por exemplo, no ambiente de trabalho ela já é de certa forma, em alguns casos, inferiorizada, né? Então você já vê essa violência às vezes começando antes, né? É... Às vezes no núcleo familiar, né? (...) Então, é uma coisa que já começa bem antes, já meio que um estigma dessa pessoa, né? Então assim, por si só isso já acontece. Sem contar outras situações também, às vezes na rua, né? A própria situação do assédio, né? (...) Por exemplo, sofre assédio na rua ou sofreu um abuso ou um tipo de violência, a tendência é que às vezes ela estigmatize algumas questões e ela projete muito nessa próxima figura com a qual ela vai se relacionar, né? (...) Então, ela tem um pouco dessa questão de um passado violento que já é da presença mesmo, né? Da mulher, do assédio, de uma série de coisas, então assim, tem de fato uma implicância psíquica pra isso, né? Um sofrimento, uma coisa às vezes até mais velada que nem a pessoa consegue elaborar muito bem, mas que existe de fato, né? Às vezes um receio, um medo, né?”

Tal fala ilustra bem como a experiência do sofrimento psíquico é influenciada pelos estereótipos de gênero difundidos na sociedade. Nesse sentido, Alves (2022) afirma que as diferenças nos tratamentos de homens e mulheres se expressam em uma maior ou menor situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, acompanha diferentes formas de sofrimento.

Em relação a diferentes situações de vulnerabilidade social, a experiência de homens gays em relação a homens heterossexuais pode servir como ilustração, já que são vistos e tratados socialmente de maneira diferente, mesmo ambos sendo homens. Outro exemplo possível é a diferença no tratamento social de mulheres brancas e negras, o que também influencia diretamente na experiência do sofrimento psíquico.

Quanto às implicações em termos psíquicos em relação à violência contra a mulher, foram mencionadas pelos/as participantes da pesquisa: as mulheres se tornarem auto agressivas, a partir da auto anulação, afastamento de tudo e de todos que não envolvam o relacionamento abusivo, receio, medo, depressão, ansiedade, perda de libido, pânico e baixa autoestima. O participante Fábio afirmou, ainda, que:

“Eu não consigo imaginar algo que não possa ser consequência no caso de uma mulher ter sido vítima de uma violência. Então assim... Possibilidades, eu diria todas (...) Pode acontecer de tudo... Bom... A pessoa viveu violência! Não consigo ver, não isso aqui não aconteceria de jeito nenhum pra uma mulher que sofreu violência, eu acho que tudo pode acontecer em termos psíquicos.”

Ressalto, então a importância de o espaço psicoterapêutico servir como um local de acolhimento, diferente dos diversos espaços que reproduzem violências e/os as naturalizam em nossa sociedade. Da mesma forma, considero urgente que os profissionais busquem se capacitar para além da formação que tiveram acesso na sua graduação a fim de garantir um atendimento de qualidade e que o/a profissional possa atuar em relação às questões de gênero ancorado em conhecimentos científicos.

5.3 A promoção da equidade nas relações de gênero e o empoderamento

feminino: contribuições da Psicologia Clínica

“Estudar epistemologia foi algo que fez muita diferença pra mim (...) porque eu entendo que isso me empoderou pra que eu veja o espaço do consultório, não só do consultório, mas que eu veja todos os espaços em que a clínica acontece como espaços em que eu tô efetivamente criando posicionamentos de mundo, é... O que eu faço reverbera politicamente, socialmente, culturalmente, porque a política, o social, o cultural estão nas pessoas. Então foi a epistemologia que trouxe essa dimensão pra mim.”

Essa foi a resposta da participante Adriana quando questionada sobre o que considera significativo na sua trajetória profissional como psicóloga clínica. Em consonância, Guerin (2017) afirma que mesmo os comportamentos denominados como “íntimos” e privados no âmbito dos relacionamentos entre parceiros, como o conhecimento comum de que segredos podem e devem ser mantidos dentro de relacionamentos, não conseguem se manter funcionais sem uma aceitação social maior e modelagem de tal comportamento. Dessa forma, qualquer análise social, até mesmo aquelas focadas em dois “indivíduos” em um relacionamento, deve incluir análises políticas, culturais e feministas (Guerin, 2017).

Em um sentido contrário, o psicólogo Fábio pontua que:

“Eu sou analista do comportamento. E eu tive um professor que... A lição que eu mais lembro dele é a seguinte... “você não precisa estudar o caso, o tipo de caso, você precisa estudar a análise do comportamento, se você entende de análise do comportamento, se você sabe como o comportamento funciona, você aplica a qualquer caso”. Então assim, entender de análise do comportamento vai ajudar você a lidar com casos de violência contra a mulher, sem dívida nenhuma.”

Considero aqui que a complexidade humana perpassa diversas interfaces e, a fim de garantir um atendimento individualizado com a maior compreensão possível, se faz necessário investigar um mesmo fenômeno a partir de diferentes vieses. Dessa forma, estudar apenas determinada abordagem teórica que se pretende utilizar nos atendimentos de psicoterapia seria deixar de lado uma visão multifacetada de diversos fenômenos e arriscar, assim, reproduzir falas de senso comum ou opiniões pessoais nos atendimentos.

Nesse contexto, Dutra (2004) afirma que novos desafios têm sido postos para as/os psicoterapeutas frente a diversidade cultural presente na sociedade associada à natureza essencialmente interpessoal do processo de psicoterapia. Ademais, a autora considera que atualmente, o referencial teórico já não é o principal norteador da prática clínica, mas sim o compromisso ético do psicólogo. Isso se dá porque o fazer clínico atual abrange uma análise

do contexto social em que o indivíduo está inserido, já que o contexto social implica significativas diferenças na concepção de sujeito e, conseqüentemente, em novas interpretações das teorias psicoterápicas (Dutra, 2004).

Ao serem questionados sobre as possibilidades da Psicologia Clínica no enfrentamento da violência contra as mulheres, os/as participantes consideram que o ambiente psicoterapêutico pode funcionar como um espaço com que as vítimas podem contar com acolhimento, um espaço de não-julgamento, um espaço em que a violência não é naturalizada, de reelaboração e em que podem criar estratégias viáveis para lidar com situações de risco.

Já em relação às possibilidades da Psicologia Clínica na prevenção da violência contra as mulheres, foram mencionadas as seguintes: auxiliar as pessoas a identificar sinais de que as coisas não estão indo bem em seus relacionamentos, realizar um trabalho de psico-educação sobre violências (por exemplo, ensinando para o/a cliente os diferentes tipos de violência e como identifica-los), promover a desconstrução de valores e expectativas prejudiciais para o indivíduo e promover grupos terapêuticos de mulheres que estimule reflexões sobre gênero e relacionamentos.

Nesse sentido, Alves (2022) afirma que o espaço terapêutico pode ser um espaço acolhedor, promotor de saúde e um espaço de desconstrução de ideias e do sentimento de culpa que pode estar presente nas questões relacionadas a estereótipos de gênero.

Outro aspecto considerado importante pela maior parte dos/as participantes foi o de ter contato com outros/as profissionais a fim de fazer indicações que serão necessárias em muitos casos que necessitam de acompanhamentos multi e interdisciplinares, como advogados, assistentes sociais e psiquiatras.

Tal aspecto está em consonância com a afirmação de Hanada et al. (2010) sobre a melhor forma de prestar assistência para mulheres em situação de violência ser a partir de

trabalhos interdisciplinares, que envolvam diversos profissionais com distintas formações acadêmicas.

Para além disso, as participantes Adriana e Giovana mencionaram também sobre a possibilidade de psicólogos trazerem conhecimentos da área para a população em geral a partir da construção de políticas públicas. No mesmo sentido, Eliana afirma que o psicólogo pode trabalhar como um agente transformador em diversos projetos sociais em espaços públicos, como delegacias e escolas, contribuindo com a construção de pessoas mais conscientes e desconstruindo práticas prejudiciais à saúde mental. Além disso, a participante Cecília fala sobre a importância de lutar politicamente para que a psicologia ganhe espaço, por exemplo, no planejamento primário de saúde a fim de viabilizar a entrada cada vez maior de um tratamento a partir do nível primário.

Cabe aqui mencionar que a fala da participante se refere aos níveis de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecidos pela Portaria 4.279 de 30 de dezembro de 2010. Mais especificamente, o nível primário presta ações voltadas à redução do risco de doenças e à proteção da saúde e é constituído principalmente pelas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) (Temporão, 2010).

Em relação à formação em Psicologia, quando perguntada se a sua graduação contribuiu de forma efetiva para lidar com casos de violências contra as mulheres, Giovana afirma que:

“O meu TCC não foi diretamente com violência contra a mulher, né? Mas eu entrei em contato e eu acho que me ajudou bastante, né? (...) Eu vejo que por um lado isso foi muito bom porque eu tive uma formação específica em relação à isso, né? Agora, por exemplo, tem colegas minhas que me encaminham esses casos porque não entraram em contato na faculdade, né? Agora diminuiu bastante porque, né? Eu falei “gente faz curso”, né? Porque isso é uma coisa que vai sempre chegar, né? (...) E eu acho que na clínica, durante esses 3 anos, é... Eu vi muita coisa, né? E eu me surpreendi também com muita coisa, né? E a gente vai cada vez mais buscando formação. É uma... Uma formação constante, querendo ou não, é pós-graduação, é

curso... É o tempo todo mudando e o tempo todo a gente mudando o nosso olhar também.”

De forma semelhante, a maior parte dos/as participantes concorda que a formação em Psicologia contribuiu como um “pontapé inicial” para lidar com casos de violência doméstica, mas não foi o suficiente.

Em consonância, na pesquisa realizada por Verlaet (2021), as psicólogas entrevistadas afirmam ter discutido muito poucas questões relativas a gênero e violência contra as mulheres, principalmente na grade curricular comum. Dessa forma, as participantes afirmam ter entrado mais em contato com esses temas a partir de escolhas pessoais (por meio de disciplinas optativas, projetos de extensão ou estágios escolhidos por elas).

Ademais, a partir do que foi sugerido pelas participantes para o aprimoramento da formação em Psicologia, a autora afirma que a formação não deve renunciar a discussão de preconceitos e sua construção a fim de enfrentar de modo efetivo práticas opressivas e discriminatórias e contribuir para o enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres (Verlaet, 2021).

Outro aspecto que ficou claro durante a transcrição das entrevistas foi a diferença nos discursos daqueles que tiveram contato com o tema durante estágios na faculdade e aqueles que se formaram sem ter nenhum contato com o tema, no sentido de que os que tiveram contato se sentiram muito mais preparados quando se depararam com demandas dessa natureza, assim, souberam falar mais sobre as dificuldades desses casos e explicitaram a importância da dimensão multi e interdisciplinar no acompanhamento de vítimas de violência doméstica.

Sendo assim, os/as psicólogos/as podem atuar como agentes transformadores de relações e promotores de saúde. Entretanto, faz-se urgente que discussões sobre a desconstrução de preconceitos e o enfrentamento de práticas opressoras, como por exemplo,

práticas sexistas, sejam abordadas com caráter obrigatório nos cursos de graduação, a fim de contribuir com o enfrentamento de desigualdades e minimizar sofrimentos.

Considerações Finais

A sociedade brasileira, como ressaltado ao longo do presente estudo, é uma sociedade fortemente marcada por preconceitos e discriminações contra diferentes grupos sociais, em termos étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual. Estudar Psicologia me motivou a me aprofundar em estudos nesse sentido, em uma tentativa de não ignorar a realidade em que estou inserida. Sendo assim, procurei estudar nessa pesquisa as desigualdades nas relações de gênero e o sofrimento psíquico.

Dessa forma, a pesquisa tinha como objetivo geral compreender como a psicologia clínica pode contribuir com a promoção da equidade nas relações de gênero e com o empoderamento feminino a partir de uma perspectiva preventiva, como estratégia interventiva. Creio que consegui explorar, no presente trabalho, estereótipos que marcam as identidades de gênero no país atualmente, suas conexões com o sofrimento psíquico e possíveis implicações nas relações de gênero (como o sexismo e a homofobia).

Creio também que consegui explorar, a partir da perspectiva de psicólogos/as clínicos/as, possíveis estratégias de prevenção e enfrentamento de violências contra as mulheres, lacunas na formação em psicologia e aspectos que contribuiriam para um atendimento mais qualificado no início de suas carreiras profissionais, como, por exemplo, a realização de disciplinas optativas, pesquisas, projetos de extensão e estágios escolhidos pelos/as participantes relacionados com temáticas referentes às questões de gênero.

Ademais, acredito que consegui explorar o mesmo fenômeno a partir da visão de diferentes abordagens psicoterápicas, considerando que as intervenções realizadas no contexto clínico se beneficiam de uma visão multifacetada.

Entretanto, é possível que pesquisas futuras permitam uma investigação mais aprofundada sobre a temática explorando questões referentes ao racismo, à homofobia e à

transfobia, de maneira mais específica. Além disso, acredito ser de grande valia realizar uma pesquisa que inclua a visão de mulheres que sofreram violência e passaram por processos psicoterapêuticos sobre os benefícios da psicoterapia em sua vida como mulheres.

É fundamental a realização de pesquisas nesse sentido de modo que essas pesquisas possam contribuir com novas reflexões, novas perspectivas e, assim, o surgimento de novos pontos de vista e estratégias de intervenções em situações de sofrimento.

Sendo assim, o presente estudo pôde trazer contribuições para a Psicologia enquanto ciência e campo de atuação profissional, principalmente no que se refere à área da Psicologia Clínica, por meio do estímulo ao respeito e à proteção das diferenças subjetivas, além de abordar diferentes estratégias de intervenção quanto a prevenção e enfrentamento de violências contra as mulheres.

Por fim, como dito por Nise da Silveira, médica psiquiatra brasileira que revolucionou o tratamento de pessoas em intenso sofrimento psíquico no Brasil, “É necessário se espantar, se indignar e se contagiar, só assim é possível mudar a realidade”. Que nós possamos, então, nos permitir ser tocados pela realidade que nos cerca, não ceder ao medo e não compactuar com o silêncio diante de preconceitos e discriminações para que o sonho de um mundo em que pessoas diversas recebam um tratamento igualitário já não seja uma utopia.

Referências Bibliográficas

- Almeida, T. M. C. (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2), 329-340.
- Alves, A. L. (2022). *Potencialidades dos Processos Psicoterapêuticos na Desconstrução da Bifobia, da Lesbofobia e do Sexismo*. Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Alves, M. E. (2014). *Menino teve fígado dilacerado pelo pai, que não admitia que criança gostasse de lavar louça* [Jornal eletrônico]. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/rio/menino-teve-figado-dilacerado-pelo-pai-que-nao-admitia-que-crianca-gostasse-de-lavar-louca-11785342>
- Araujo, I. A. A. (2020). *Práticas Pedagógicas e os Estudos de Gênero: A Valorização da Diversidade e a Promoção de uma Cultura de Paz*. Dissertação de Mestrado, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.
- Boeff, M. C. & Souza, T. C. (2020). Gênero e diagnóstico em saúde mental: que relação é essa? *Revista Relações Sociais*, 3(1), 50-55.
- Borrillo, D. (2009). A homofobia. In T. Lionço & D. Diniz (Eds.), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: LetrasLivres / Editora da Universidade de Brasília.
- Bruner, J. (1997). O estudo adequado do homem. In J. Bruner (Ed.) *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Castañeda, M. (2007). *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. Tradução de Brigitte Hervot e Fernando Silva Teixeira Filho. São Paulo: A Girafa.
- Conselho Federal de Psicologia (agosto de 2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Cruz, H. A. B.; Oliveira, L. C. & Araújo, R. L. M. S. Homossexuais e sofrimento psíquico – homofobia em contexto intrafamiliar. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 8(3), 377-387.
- Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de psicologia*, 9(2), 382-387.
- Fonseca, J. V. C. (2018). *Corpos (In)desejáveis: O Fenômeno da Transfobia a partir da Perspectiva de Pessoas Trans e Psicólogos/as*. Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346.
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.
- González Rey, F. (2005). O compromisso ontológico na pesquisa qualitativa. In F. González Rey (Ed.), *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação* (pp. 1-28). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Gomes, R. (2016). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Ed.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 72-95). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Guerin, B. (2017). *How to rethink mental illness: The human contexts behind the labels*. London: Routledge.
- Guerin, B. & Ortolan, M. O. (2017). Analyzing Domestic Violence Behaviors in Their Contexts: Violence as a Continuation of Social Strategies by Other Means. *Behaviour and Social Issues*, 26(1), 5-26.
- Hall, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Hanada, H., D'Oliveira, A. F. P. L. & Schraiber, L. B. (2010). Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. *Estudos Feministas*, 18(1), 33-59.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: Inrerseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26(1), 61-73.
- Junqueira, R. D. (2009). Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In Junqueira, R. D. (Ed.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 235-264). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Le Breton, D. (2007). *A sociologia do corpo*. Petrópolis – RJ: Vozes.
- Lima, P. V. A. (2014). Autorregulação orgânica e homeostase. In L. M. Frazão & K. O. Fukumitsu (Eds). *Gestalt-terapia conceitos fundamentais*. (pp. 88-103). São Paulo: Summus
- Lima, G. Q. & Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 511-520.
- Louro, G. L. (1999). Pedagogias da sexualidade. In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 9-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Luczinski, G. F. Vianna, K. Garcia, R. P. Nunes, V. H. & Tsallis, A. (2019). Gestalt-terapia e Empoderamento Feminino na Relação Terapêutica: Reverberações a partir do

- Atendimento Psicoterápico entre mulheres. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(4), 947-963.
- Madureira, A. F. A. (2007). The psychological basis of homophobia: Cultural construction of a barrier. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 41(3-4), 326-342.
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. In A. L. Galinkin & C. Santos (Eds.), *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 31-63). Brasília: Tecnopolik.
- Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as imagens enquanto Artefatos Culturais. In J. L. Freitas & E. P. Flores (Eds.), *Artes e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82). Curitiba: Juruá.
- Madureira, A. F. A. (2018). Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 597-614). Cambridge – UK: Cambridge University Press.
- Madureira, A. F. A. & Barreto, A. L. C. S. (2018). Diversity, Social Identities, and Alterity: Deconstructing Prejudices in School In: A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Eds.), *Alterity, Values, and Socialization: Human Development Within Educational Contexts* (pp. 167-190). Cham - Switzerland: Springer International Publishing.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2005). Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. In M. A. Dessen & A. L. Costa Júnior (Eds.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 90-109). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Eds.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-1550). Porto Alegre: Mediação.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)*, 23(3), 577-591.
- Madureira, A. F. A.; Holanda, J. M. G. B.; Paula, L. D. & Fonseca, J. V. C. (2021). Gênero e Sexualidade na Escola: Processos Identitários, Diversidade e Preconceito na Perspectiva da Psicologia Cultural. In A. F. A. Madureira & J. Bizerril (Eds.), *Psicologia & Cultura: Teoria, Pesquisa e Prática Profissional* (pp. 202-237). São Paulo: Cortez.
- Madureira, A. F. A. & Fonseca, J. V. C. (2020). A Escola na Prevenção da Violência: a Transfobia em Discussão. In I. L. Fuhr (Ed.), *Na escola e na Vida Cotidiana* (pp. 97-110). Curitiba: CRV.
- Minayo, M. C. S. (2016). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Ed.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-28). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Moleiro, C. & Pinto, N. (2009). Diversidade e psicoterapia: Expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. *Ex Aequo* 20(1), 159-172.
- Moreira, A. F. B. & Câmara, M. J. (2013). Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In A. F. Moreira & V. M. Candau (Eds.), *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas* (pp.38-66). Petrópolis – RJ: Vozes.

- Myers, D. G. (2014). Preconceito: desgostar dos outros. In D. G. Myers (Ed.), *Psicologia Social* (pp. 246-278). 10ª Ed. Porto Alegre: AMGH.
- Novaes, J. V. (2013). *O intolerável peso da feiura: sobre as mulheres e seus corpos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Garamond.
- Obando, J. M. (2021). *Educação Sexual: O Papel da Escola na Prevenção da Violência Sexual contra as Mulheres*. Dissertação de Mestrado, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller.
- Pedrosa, R. L.; Teixeira, L. C. (2015). A perspectiva biomédica dos transtornos alimentares e seus desdobramentos em atendimentos psicológicos. *Revista USP*, 26(2), 221-230.
- Pedrosa, M. e Zanello, V. (2016). (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]*, 32(1), 1-8.
- Peret, E. (2019). *Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem* [Jornal eletrônico]. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>
- Preciado, P. B. (2020). *Je suis un monstre qui vous parle : un rapport pour une academie de psychanalystes*. Bernard Grasset.
- Resk, F. (2021). *Com isolamento social, Brasil registra um feminicídio a cada 6 horas e meia* [Jornal eletrônico]. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-isolamento-social-brasil-registra-um-feminicidio-a-cada-6-horas-e-meia/#:~:text=Guerra%20na%20Ucr%C3%A2nia-,Com%20isolamento%20social%2C%20Brasil%20registra%20um%20feminic%C3%A>

Ddio,cada%206%20horas%20e%20meia&text=Em%20meio%20ao%20isolamento%20social,comparado%20ao%20total%20de%202019.

- Santos, A. M. C. C. (2009). Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1177-1182.
- Sawaia, B. B. (2014). Identidade – Uma ideologia separatista? In B. B. Sawaia (Ed.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 121-129). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Temporão, J. G. (2010). *PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010*. Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html
- Valsiner, J. (2012). Aproximações à cultura: bases semióticas da psicologia cultural. In J. Valsiner (Ed.) *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida* (pp. 21-66). Tradução de Ana Cecília de Souza Bastos. Porto Alegre: Artmed.
- Verlaet, P. M. (2021). *As Contribuições da Psicologia, Enquanto Ciência e Campo de Atuação Profissional, no Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres*. Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Vanazzi, B. M. R. (2021). *A Psicologia Clínica diante do Fundamentalismo Religioso Cristão*. Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In T. T. Silva (Ed.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Zanello, V.; Fiuza, G. & Costa, H. S. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 238-246.

Anexos

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

“As Desigualdades nas Relações de Gênero e o Sofrimento Psíquico”

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisadora assistente: Ana Beatriz Rocha de Carvalho

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a expressar a sua concordância.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é compreender como a psicologia clínica pode contribuir com a promoção da equidade nas relações de gênero e com o empoderamento feminino a partir de uma perspectiva preventiva, como estratégia interventiva.
- Você está sendo convidado(a) a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual virtual sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual virtual. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas, que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais e que o(a) participante poderá deixar de responder qualquer pergunta apresentada caso a pergunta gere algum incômodo.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do tema investigado.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Ana Beatriz Rocha de Carvalho, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, ____ de _____ de 2022.

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61) 99658-7755, E-mail: ana.madureira@ceub.edu.br

Ana Beatriz Rocha de Carvalho
Celular: (61) 99148-7528, E-mail: ana.bcarvalho@sempreceub.com

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB
Bairro: Asa Norte
Cidade: Brasília - DF
CEP: 70790-075
Telefone p/contato: (61) 3966-1200

Anexo B – Roteiro da entrevista semiestruturada

Dados sociodemográficos:

- Qual é a sua idade?
- Com qual gênero você se identifica?
- Qual é o seu pertencimento étnico-racial?
- Você possui religião? (Se sim, qual?)

Entrevista propriamente dita:

- 1) O que você considera significativo na sua trajetória profissional como psicólogo/a clínico/a?
- 2) O que é gênero para você?
- 3) Para você, o que caracteriza a feminilidade?
- 4) Para você, o que caracteriza a masculinidade?
- 5) Para você, existe uma figura ideal de mulher, ou não? (Se sim, como seria?)
- 6) Para você, existe uma figura ideal de homem, ou não? (Se sim, como seria?)
- 7) Você acredita que existem expectativas diferentes em relação às mulheres e em relação aos homens na nossa sociedade, ou não? Por quê? (Se sim, quais são essas expectativas? O que você acha dessas expectativas?)
- 8) Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos psicólogos ao prestar assistência a mulheres em situação de violência?
- 9) A respeito dos relacionamentos amorosos, o que você considera como um relacionamento saudável?
- 10) Para você, no que se refere à violência contra as mulheres, quais são as principais implicações em termos de sofrimento psíquico?

- 11) Como a psicologia clínica pode contribuir com a prevenção da violência contra as mulheres?
- 12) Como a psicologia clínica pode contribuir com o enfrentamento da violência contra as mulheres?
- 13) Você acha que a sua formação em psicologia contribuiu de forma efetiva para lidar com casos de violências contra as mulheres? (Se sim, como? Se não, o que poderia ser aprimorado na formação em psicologia?)
- 14) Para você, como a formação em psicologia pode contribuir com a promoção da equidade nas relações de gênero na nossa sociedade?
- 15) Você gostaria de acrescentar algo?

Anexo C – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As Desigualdades nas Relações de Gênero e o Sofrimento Psíquico

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 62688022.2.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.703.083

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado.

Trata-se de pesquisa que busca compreender a forma com que as desigualdades nas relações de gênero contribuem para o sofrimento psíquico de indivíduos, bem como a maneira como a psicologia clínica pode contribuir para a prevenção do sofrimento e a promoção de igualdade nas relações de gênero.

Buscar-se-á a percepção de psicólogos clínicos sobre as relações de gênero, seus impactos psíquicos e como a psicologia clínica pode contribuir com a promoção da equidade nas relações de gênero e ajudar na prevenção da violência contra mulheres.

O estudo terá o caráter qualitativo, com a realização de entrevistas. Os participantes serão psicólogos clínicos, psicoterapeutas (que atuem com diferentes abordagens), com, no mínimo, três anos de experiência.

A seleção ocorrerá por meio da rede interpessoal da pesquisadora. Serão pessoas maiores que não fazem parte qualquer grupo vulnerável. Para viabilizar a ação, haverá a utilização de gravador para registros de áudio (com autorização do participante), computador (google meet) – entrevistas

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 5.703.083

online (um encontro virtual com o participante).

Ocorrerá o resguardo de sigilo em relação à identidade pessoal de cada participante, conforme indicado no projeto de pesquisa. No TCLE indica-se que os dados serão manuseados apenas pelas pesquisadoras, sem permissão de acesso a terceiros. A gravação de áudio estará sob responsabilidade da pesquisadora assistente (Ana Beatriz da Rocha de Carvalho), sendo destruído após a pesquisa.

Técnica semiestruturada adotada (roteiro), perguntas abertas e fechadas. Roteiro apresentado (desnecessidade de ponderações). Todavia, em dado sociodemográfico, há a previsão da seguinte indagação "Você possui religião? Qual?". Recomenda-se o cuidado com a realização da pergunta, deixando-se claro a desnecessidade de resposta, pela sensibilidade existente.

Pesquisa a ser realizada com 7 participantes (indicação na folha de rosto). Financiamento próprio. Indicação de custo (R\$ 70,00), sem detalhamento.

Sem fontes secundárias de dados.

Cronograma com início da pesquisa em outubro, objetivo de desenvolvimento de monografia.

- TIPO DO ESTUDO: Pesquisa qualitativa.
- DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES: Psicólogos clínicos/psicoterapeutas.
- NÚMERO PARTICIPANTE DAS PESQUISA: 7 (sete).
- FORMA DE RECRUTAMENTO DOS PARTICIPANTES: Redes sociais.
- CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: Experiência prática de 3 (três) anos.
- CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: Experiência prática menor que 3 (três) anos.
- TIPO DE INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO O ESTUDO: Online.
- PROCEDIMENTOS QUE SERÃO REALIZADOS COM OS PARTICIPANTES: Técnica semiestruturada na entrevista.
- MÉTODO DE COLETA DE DADOS/INFORMAÇÕES: Entrevista.
- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: Gravador.

Objetivo da Pesquisa:

Compreensão de como a psicologia clínica pode contribuir para a promoção da equidade nas relações de gênero e para com o empoderamento feminino. Analisar-se-á como estereótipos de gênero influenciam desigualdades, a partir de psicólogos clínicos.

Serão investigadas maneiras de contribuição da psicologia clínica para a prevenção da violência contra mulheres. Buscar-se-á explorar como as desigualdades nas relações de gênero influenciam no sofrimento psíquico vivenciado por mulheres e homens, a partir da perspectiva de psicólogos

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br



Continuação do Parecer: 5.703.083

clínicos.

O TCLE apresenta a natureza e objeto do estudo, bem como os procedimentos que serão adotados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: Indica-se a existência de riscos baixos, inerentes à pesquisa (sem detalhamento). Considerando que o grupo entrevistado não é vulnerável, não são necessárias maiores explicações.

MITIGAÇÃO: apresentação de imagens para minimizar qualquer risco ou incômodo. Sugere-se a indicação da forma como as imagens serão utilizadas como contraponto aos riscos. Esclarecimento que não há respostas certas ou erradas, são opiniões pessoais. Por fim, desnecessidade de participação na entrevista em caso de constrangimento.

BENEFÍCIOS: Compreensão do tema. Ao participar do estudo, os/as participantes colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre a temática investigada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Devido à natureza do estudo, considera-se a pesquisa com risco mínimo.
 - Em um primeiro momento, indicaria-se a necessidade do esclarecimento sobre possíveis riscos e a mitigação deles. Todavia, o grupo a ser entrevistado é composto por psicólogos, razão pela qual a exposição está adequada.
 - Orçamento: gastos R\$ 70,00 (sem maiores repercussões).
 - Cronograma:
- A coleta de dados está prevista para iniciar-se em outubro de 2020.
O encerramento do projeto está previsto para 30/11/2022.
- Instrumento de coleta de dados: o questionário apresentado está adequado em termos éticos. Ressalva, dúvida em relação à indagação sobre a religião do entrevistado.
 - Contexto da realização da pesquisa: trata-se de um trabalho de conclusão de curso de graduação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Apresenta a Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada.
- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado de forma adequada.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br



Continuação do Parecer: 5.703.083

Recomendações:

Ao final da pesquisa, deverá ser enviado o Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende os requisitos éticos e a pesquisa está em condições de ser iniciada, após o envio de carta resposta às seguintes indagações:

1. Técnica semiestruturada adotada (roteiro de entrevista), perguntas abertas e fechadas. Em dado sociodemográfico, há a previsão da seguinte indagação "Você possui religião? Qual?". Entrevista com um profissional (psicólogo), indagação cuidadosa acerca da religião. Deve-se deixar clara a desnecessidade de resposta à indagação.
2. Em mitigação de riscos, aponta-se, no projeto de pesquisa, a apresentação de imagens para minimizar qualquer risco ou incômodo, informação ausente no PB de informações básicas. Deve-se esclarecer como a apresentação de imagens diminuirá eventual incômodo.

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco; II - desenvolver o projeto conforme delineado; III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br



Continuação do Parecer: 5.703.083

ou a não publicação dos resultados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer homologado na 17ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano em 07 de outubro de 2022.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Carta_Resposta.jpeg	10/10/2022 17:24:07	Marilia de Queiroz Dias Jacome	Aceito
Outros	Projeto_Mono.pdf	10/10/2022 17:24:00	Marilia de Queiroz Dias Jacome	Aceito
Outros	TCLE_Atualizado.pdf	10/10/2022 17:23:51	Marilia de Queiroz Dias Jacome	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2003479.pdf	29/08/2022 14:05:58		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDeMonografia.pdf	29/08/2022 14:04:50	ANA BEATRIZ ROCHA DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	29/08/2022 14:04:31	ANA BEATRIZ ROCHA DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	29/08/2022 14:04:19	ANA BEATRIZ ROCHA DE CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br



Continuação do Parecer: 5.703.083

BRASILIA, 16 de Outubro de 2022

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br